

# Diário do Legislativo de 21/03/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduino - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 118ª Reunião Ordinária Interrompida - Comemoração do Dia Internacional da Mulher

1.2 - 75ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - RELATÓRIO

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA COMEMORAÇÃO REALIZADA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 15/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Gil Pereira

Sumário: Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras das Deputadas Elbe Brandão, Elaine Matozinhos e Maria José Hauelsen - Palavras da Procuradora Misabel Derzi - Apresentação do Coral - Palavras das Deputadas Maria Olívia e Maria Tereza Lara - Palavras da Sra. Márcia Campos - Palavras da Secretária Maria Lucia Cardoso - Entrega de placas.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - A Presidência convida a tomarem assento à mesa as Exmas. Sras. Misabel Derzi, Procuradora-Geral do Estado, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Maria Lúcia Cardoso, Secretária de Estado do Trabalho; Márcia Campos, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil e representante da Federação Democrática Internacional de Mulheres; Vereadora Jô Moraes, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Deputadas Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Maria José Hauelsen, Maria Olívia e Maria Tereza Lara, autoras do requerimento que suscitou a realização desta homenagem; Ten. Lillian Pacheco dos Santos, representando o Comandante da CIAAR, Cel.-Aviador Francisco José da Silva Lobo; e ex-Deputada Marta Nair Monteiro.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, da Major Mirian Assunção e Lima, representando a PMMG, e da Sra. Maria de Lourdes Prata Pace, Presidente do Conselho Estadual da Mulher.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários à Comemoração do Dia Internacional da Mulher.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional, a ser apresentado pelo Coral Reciclar, da SLU, sob a regência da maestrina Ivânia Marinho.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Sr. Presidente

Um apelo à solidariedade é o que nos ocorre, ao analisarmos o Brasil de hoje. Estamos convencidos de que no fator solidário reside a solução de nossos problemas. Em ajudando-nos uns aos outros, poderemos chegar à justiça social de que hoje nos distanciamos. E é evidente - em país onde é largo e profundo o fosso entre a elite privilegiada e a legião dos excluídos - que a responsabilidade maior cabe ao primeiro grupo. Abdicar do egoísmo, portanto, é o que cabe aos ricos. Para tal, deveriam mirar-se no exemplo humilde e sincero dos próprios pobres, que se ajudam no limite de seus modestos recursos.

É preciso ser consciente e sensível para ser solidário. A conscientização, no entanto, em muitos homens não se faz acompanhar da sensibilidade. Já as mulheres, ao longo da história da civilização, demonstram ser conscientes, sensíveis e solidárias. No dizer do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, isso é porque elas enxergam bem com o coração, já que o essencial é invisível aos olhos. Pois é à solidariedade feminina que rendemos tributo, nesta reunião em que a Assembléia mineira comemora o Dia Internacional da Mulher.

Vejamos a sublime relação entre mãe e filho. Durante a gravidez, ela acaricia afetosamente o ventre onde ele se aloja. Ao amamentá-lo, dá nova demonstração desse carinho, nutrindo-o com o leite da vida. A luta prossegue ao educá-lo e ao encaminhá-lo, até que o sangue de seu sangue seja, ele próprio, um chefe de família. Mas não cessa aí o trabalho da mãe: transforma-se ela, então, em avó amorosa, em amiga e conselheira credenciada pela experiência de vida. É um ciclo completo de solidariedade, que não se limita ao filho, mas se estende ao companheiro, aos pais, aos irmãos, aos amigos.

Fazendo de sua existência, no âmbito familiar e social, um inegável exercício solidário, a mulher beneficia toda a comunidade a que pertence. E, ao partir para a vida profissional, não admira que seu êxito seja uma constante na sociedade moderna. Só que ela soma à natureza feminina o arrojo e a disposição para a luta, sem apelar para a pieguice. Cabe-lhe, então, como uma luva, aquela máxima do revolucionário Che Guevara: "É preciso ser duro sem perder jamais a ternura".

Realmente, é notável a contribuição feminina em todos os ramos, como o provam esses exemplos que nos fornece a história brasileira: desde Bárbara Heliadora, heroína da Inconfidência e símbolo da coragem da mulher mineira; passando por Ana Néri, que fez da enfermagem seu apostolado; prosseguindo com a Princesa Isabel, a Redentora, e com Chiquinha Gonzaga, a musicista, até chegar ao século XX, com uma constelação de mulheres notáveis nos mais variados campos. Aí estão as figuras de Cecília Meireles e de Adélia Prado, na literatura; de Irmã Dulce, na filantropia; de Fernanda Montenegro, nas artes cênicas, e de todas essas administradoras e políticas - são tantas e muitas delas mineiras - que ainda hoje ilustram a vida pública brasileira.

Dizem que as pessoas crescem movidas pela dor ou por vislumbrar possibilidades. No caso da mulher, acreditamos que o processo seja simultâneo: o sofrimento lhe mostra o caminho da realização. Isso a torna mais receptiva para ajudar seu semelhante. E aqui voltamos ao tema da solidariedade, com que iniciamos esta nossa mensagem.

É a solidariedade da mulher que estamos reverenciando nesta reunião. Temos certeza de que nela se apóia grande parte dos fundamentos daquele Brasil moderno, desenvolvido e socialmente justo que tanto desejamos mas que ainda não conseguimos alcançar.

Contamos com sua ajuda, mulher mineira e brasileira. E acreditamos que maior homenagem não lhe podemos prestar, ao comemorar o Dia Internacional da Mulher, do que manifestando nossa confiança, no recinto da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado pela presença, por estarem aqui comemorando o dia internacional de vocês. (- Palmas.)

A Presidência gostaria que fizesse parte da Mesa também a Exma. Sra. Márcia Campos, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, representando a Federação Democrática Internacional de Mulheres.

### Palavras da Deputada Elbe Brandão

Sr. Presidente, gostaria de dispensar as saudações para fazer duas observações. Nunca me senti tão emocionada nesta Casa. Dos meus cinco anos de Assembléia, este é o dia em que vejo esta Casa mais florida. (- Pausa.) Parabéns a nós, mulheres. Parabéns por este momento em que mostram ao Poder Legislativo e à sociedade brasileira que as estamos representando e merecemos a solidariedade de cada uma de vocês.

Num segundo momento, quero dizer que nunca vi a Mesa composta de uma maneira tão bonita: V. Exa. ao meio, enquanto Presidente, mas uma Mesa composta somente de mulheres. Este é um momento que não desejamos que permaneça. Nesses dias, ouvi que se Deus quisesse a mulher acima do homem, a teria tirado da cabeça; se quisesse abaixo do homem, teria tirado dos pés; mas foi da costela que a tirou, para fazê-la à imagem e semelhança do homem. De forma que colocamos que o nosso desejo é o de estar ao lado do homem; não à frente, nem tampouco atrás. (- Palmas.)

Neste momento, em que não poderia ser justa com a história da luta da mulher que vivi nesta Assembléia, gostaria de dizer que, no mandato passado, permeando todas as ações que pude realizar nesta Casa, buscando a valorização da mulher, tive sempre a amiga do lado de fora, me orientando e me ajudando. Diria que, na minha pequenez, tive sempre a amiga Elaine Matozinhos, hoje Deputada. Com muita honra, Minas Gerais a recebe para que seja nossa representante legítima, tendo o apoio de todas nós, aqui, nesta Casa, na luta pelos direitos da mulher.

Sr. Presidente, não quis fazer nenhum discurso escrito, porque a Elaine vem aí com um discurso fantástico, que vai retratar todas as nossas lutas, a caminhada pela paz, a caminhada pela justiça. V. Exa. citou Che Guevara, que dizia que "É preciso ser duro sem perder a ternura jamais". Com certeza, não sabia que estava preconizando o conceito da mulher que vem pelo século XXI: mulheres bravas, fortes, persistentes. Mulheres, mas sem perder o carinho, o respeito e sem jamais deixar de ser femininas.

Sr. Presidente, conseguimos nesta Casa, por unanimidade, aprovar um projeto, que já é lei, sancionada pelo Governador Itamar Franco, a quem agora agradeço publicamente, que garante que todas as funcionárias públicas do Estado tenham seus maridos como dependentes no IPSEMG. Agora nós, funcionárias públicas, deixamos de ser tratadas pelo Estado, de acordo com o gênero, para sermos tratadas de acordo com nossa função pública. É uma vitória de todas nós, na Casa.

Concluindo, Sr. Presidente, dentro da pequenez do meu coração sertanejo, gostaria de falar um pouco das minhas três homenageadas, mulheres que vêm do Norte de Minas. Primeiro, a minha querida Prefeita e amiga Gervacina, viúva, mãe de seis filhos, que se elegeu Prefeita de São João da Ponte. Não bastasse ser mulher, há outros dados. Assumiu a Prefeitura com somente 2 veículos, mas hoje há 39. Na Prefeitura havia um sistema de educação que mantinha 120 professoras, e apenas 15 eram formadas. Hoje são 105 formadas. Porque a Prefeita optou por não demitir as funcionárias públicas. Ela as treinou, formou e capacitou. Prefeita Gervacina, esta Casa jamais a esquecerá, essa mulher de olhos verdes que luta não só pela vida, mas também pelo amor à sua terra e pelos filhos.

A querida D. Jacy, não bastasse a escritora fantástica que é, nos deixa um legado do Norte de Minas; esposa do Dr. Mário Ribeiro, Prefeito de Montes Claros, tem uma história de luta de vida. Cunhada do nosso querido Darcy Ribeiro, que pediu à Nação brasileira somente que nunca perdêssemos o poder de nos indignar com as coisas e com o Brasil injusto que aí está. Essa história também passa a pertencer e a constar nos anais da Casa. D. Jacy, receba não só do parlamento de Minas Gerais, mas também de todas nós, mulheres, nossa homenagem por essa luta e por essa vida que venceu a ditadura e as ameaças, criando os filhos, que são muitos, com garra e com respeito.

Por último, minha querida conterrânea Rita Félix hoje está à frente, numa parceria com o Clube da Melhor Idade, uma melhor idade que vem com uma força tão bem defendida pela nossa companheira Deputada Maria Olívia, mas não para pedir solidariedade nem clemência, vem para falar que estão vivas e participantes, com uma população ainda economicamente ativa e que tem muito para mostrar a todos nós e a construir.

Acho bonito que você permaneça com seus cabelos brancos, mas que bom que sua pele continua lisa! Não pela idade nem que o tempo não tenha marcado o que você sofreu, viveu e a história de sua luta. Mas que Deus faça com que o brilho permaneça, mostrando que vale a pena lutar e caminhar por um Brasil e por uma Minas Gerais mais justa.

Deixo um abraço às nossas companheiras Deputadas, porque, nesta legislatura, conseguimos o maior número de Deputadas na história de Minas Gerais. Estamos avançando, sim.

#### Palavras da Deputada Elaine Matozinhos

Exmo. Sr. Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa, representando o Presidente, Deputado Anderson Aduato; Exmas. Sras. Misabel Derzi, Procuradora-Geral do Estado, representando o Governador Itamar Franco; Márcia Campos, dileta amiga, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, representando a Federação Democrática Internacional das Mulheres; Vereadora Jô Moraes, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; querida Deputada Elbe Brandão, a quem agradeço de coração as homenagens e referências feitas à nossa pessoa, o que só poderia partir mesmo de uma grande política, mas, sobretudo, de uma grande amiga, muito obrigada; Deputadas Maria José Hauelsen, Maria Olívia, Maria Tereza Lara, ex-Deputada Marta Nair Monteiro; Ten. Lilian Pacheco dos Santos, representando o Comandante do CIAAR, Cel.-Aviador Francisco José da Silva Lobo; Srs. Deputados; senhoras e senhores da imprensa; funcionários desta Casa; Coral da SLU, cuja presença queremos agradecer com muito carinho; mulheres do Movimento Socialista do PSB, mulheres de Belo Horizonte, da Grande BH, do interior do Estado, dos muitos sindicatos que aqui se fazem presentes.

Gostaríamos de registrar, com muito carinho, os nomes das delegações presentes: a de Mulheres de Santa Luzia, à qual cumprimentamos na pessoa da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Evanilda Martins; Associações Femininas de Ituiutaba, de Gurinhata, de Ipiacu, de Santa Vitória; delegações das cidades de Canápolis, Cachoeira Dourada de Minas, Capinópolis, Araguari, Uberlândia, Uberaba, Tupaciguara, Betim, Contagem, da nossa querida Bambuí; várias associações femininas de Belo Horizonte e da Grande BH; Associação Feminina de Juiz de Fora; delegação de São João del-Rei; Associação de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco; Núcleo de Assistência à Mulher de Santa Luzia Judith Viegas; Núcleo de Mulheres e Familiares de Presos de Minas Gerais; Núcleo da Mulher Cidadã Tais de Abreu, de Nova Contagem; Núcleo de Ação pela Vida Elizabeth Mascarenhas, de travestis e prostitutas, portadores do HIV e pessoas com trajetória de rua; as nossas queridas companheiras do Movimento de Mulheres da Igreja Evangélica Shalom, do Barreiro; Movimento de Mulheres Socialistas do nosso partido, PSB; lideranças femininas presentes; queridas amigas, e aqui temos tantas; enfim, mulheres: comemora-se hoje, nesta Casa, o Dia Internacional da Mulher, ocorrido no dia 8 de março, instituído pela ONU em 1975.

Gostaria, neste momento, de prestar homenagem às bravas companheiras de luta, mártires de nosso ideal de igualdade, fraternidade, respeito e plena cidadania. Foram muitas as que sofreram violência, discriminação, preconceito e foram repudiadas pela conquista de nossos direitos. Foram, de uma só vez, 129 gloriosas mulheres que morreram naquele fatídico dia 8/3/57, em Nova Iorque, quando reivindicavam a redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias. Aquelas 129 tecelãs da indústria têxtil Cotton viram a fábrica ser cercada e lhes atearam fogo. Morreram de forma cruel e abominável apenas por reivindicar seus direitos. Em homenagem a elas e a todas as mulheres que continuam com garra empunhando a bandeira da igualdade e cidadania, o respeito e o reconhecimento de todas as mineiras e mineiros.

De 1857 até agora, já se passou um século e meio. Atravessamos o milênio com muitas conquistas. Setenta e cinco anos depois, em 1932, conseguimos definitivamente conquistar o direito sagrado ao voto. Vimos, em seguida, nas eleições de parlamentares constituintes do ano seguinte, ser eleita a primeira Deputada: a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Depois do Brasil, o Japão, a França e a Itália aprovam, em 1945, o sufrágio feminino.

Vimos, em 1951, a Organização Internacional do Trabalho aprovar a isonomia de salário em trabalho para funções iguais entre homens e mulheres.

Nós, mulheres, não somos apenas mais da metade da população do Brasil e mães da outra metade. Somos as responsáveis pela geração da vida. Nós, mulheres, somos a colônia mais numerosa e o povo, há mais tempo, condenado à sujeição. Somos trabalhadoras, empresárias, estudantes, profissionais liberais, donas de casa e mães.

Hoje somos parte importante em áreas, até então, dominadas pelos homens: nas Forças Armadas, na Polícia Militar e na Polícia Civil. Vale aqui ressaltar que, no Estado da Bahia, 45% do quadro de Delegados de Polícia é composto por mulheres. E aqui, em Minas, já nos aproximamos de 20% do preenchimento das vagas.

Destacamo-nos em todas as áreas: ciência, economia, política, esporte e artes. Continuamos a assumir a principal parcela de solidariedade aos necessitados na educação e formação da infância e da juventude.

Enfim, mais do que a metade da população, somos uma força ativa, positiva, cada dia mais consciente e madura. Estamos nos encontrando em cada uma de nós, mulheres, face a face, brancas, negras e índias, conseguindo nos livrar do patriarcado em que crescemos, transcendendo o racismo, as barreiras de classe e as idéias acerca da natureza humana.

No entanto, tudo isso tem sido uma conquista quase que exclusiva de nosso próprio esforço. Persiste, ainda, o conflito entre homem e mulher, criado por relações desiguais, estabelecidas entre os dois sexos, em face dos papéis que ambos desempenham socialmente, resultado da predominância de valores culturais machistas: papel público desempenhado pelo homem e o papel privado, atribuído à mulher.

Embora marcante a atuação das mulheres na luta para ocupar seu espaço, inclusive por ocasião da Constituinte de 1988, é evidente sua discriminação em todas as esferas da sociedade, sobretudo naquelas que requerem intervenção imediata: no trabalho, na educação, na saúde e no combate à violência.

No trabalho, segundo dados da ONU, a mulher representou, nesse fim de século, 40% da força de trabalho remunerada, embora seja responsável por 66% das áreas de trabalho remuneradas e não remuneradas e não percebe mais do que 15% da totalidade da renda mundial. São marcantes as desigualdades salariais e muito menores as possibilidades de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Na educação, 70% dos analfabetos são mulheres.

A discussão do papel da mulher na família e na sociedade deverá ser feita através da revisão dos livros didáticos, cujos textos impedem a transformação da mentalidade de futuras gerações, através de práticas concretas, que consagram a destinação de tarefas por sexo.

A reformulação e o fortalecimento do ensino profissionalizante é vital para a formação de mão-de-obra técnica feminina.

Na saúde, a carência de serviços específicos que atendam às mulheres em todos os seus ciclos biológicos, e não somente no gravídico-puerperal, agravam a falta de qualidade de vida da população brasileira. As políticas públicas de planejamento familiar e prevenção do câncer de útero e de mama precisam ser ampliadas.

A violência contra as mulheres existe em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias e em todas as raças. A despeito do belíssimo trabalho desenvolvido pelas Delegacias de Mulheres em todo o País, que diminuiu sensivelmente a violência contra o nosso sexo, essa chaga social ainda existe.

Quero registrar meu aplauso e minha homenagem às bravas policiais que trabalham nesta importante área em todo o Brasil, cumprimentando de forma especial e carinhosa toda a equipe de policiais da Delegacia Especializada de Crimes contra as Mulheres de Belo Horizonte, na pessoa da Dra. Noeme Barros Guimarães Bernardes, Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso, e da Dra. Olívia Braga Melo, titular da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher de nossa Capital. São bravas companheiras e amigas de luta, que tanto nos ajudaram a construir todo esse grande trabalho, quando aqui implantamos essa unidade policial em 1985.

A questão da creche reveste-se de um significado político amplo na luta pelos direitos femininos, visto que a responsabilidade pelos cuidados da criança de até seis anos recai sobre a mulher. É a creche um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado. A falta de creches tem causado inúmeros transtornos à mulher que é mãe e trabalhadora.

Hoje, um século e meio depois do movimento das mulheres trabalhadoras têxteis, em março de 1857, muita coisa mudou. Por isso mesmo, neste novo milênio, devemos manter, de forma inarredável, o nosso comportamento e nosso jeito de atuar, sem desconhecer a discriminação e o preconceito, mas com garra, sabedoria, competência, seriedade e firmeza para combatê-los. Temos, por princípio legal, o dever de ocupar o nosso espaço na sociedade, na política, no mercado de trabalho, na busca da saúde e da educação de boa qualidade em nossos lares.

A nossa capacidade criadora, o nosso arrojo, a nossa perseverança e a obstinada certeza de preparar um mundo mais equânime foram as marcas que deixamos neste final de milênio nos mais diversos setores, conscientes de que a caminhada requer identidade de idéias e vontade de executá-las.

Na busca da igualdade, temos a esperança e a fé inquebrantável de que profundas reformas sociais faremos neste milênio. Concitamos, pois, a toda a sociedade: mulheres, homens, jovens e crianças, a cerrar fileiras conosco nesta luta.

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação e o direito à voz e à vez na vida pública, que implica, ao mesmo tempo, dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar: o direito à educação, à segurança e à vivência familiar sem traumas. Isso se garante através do voto.

O voto das mulheres traz consigo esta dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes de que este País só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual e credo político ou religioso, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, aos palanques, às oficinas, às fábricas, aos escritórios, às assembléias e aos palácios.

Temos, hoje, com alegria, em Minas Gerais, cinco Deputadas. Juntamente com as companheiras e amigas Maria José Hauelsen, Elbe Brandão, Maria Olívia e Maria Teresa, formamos a carinhosamente conhecida "bancada do batom" nesta Casa.

Temos na Câmara Municipal de Belo Horizonte mais cinco competentes Vereadoras: Maria Helena, Jô Moraes, Lúcia Pacifico, Maria Lúcia Scarpelli e Conceição Pinheiro. (- Palmas.)

Juntas não representamos nem 10% das 77 cadeiras desta Assembléia Legislativa e dos 37 assentos do Legislativo Municipal.

Muito obrigada pela faixa aos nossos companheiros da Associação dos Usuários do Restaurante Popular.

A despeito dessa modesta representação, já conseguimos conquistas importantíssimas em nosso Estado: temos hoje três mulheres à frente de partidos de esquerda - Maria do Carmo Lara, na Presidência do PT; Jô Moraes, à frente do PC do B; e nós, que, orgulhosamente, respondemos pela Presidência do PSB em Minas.

Neste ano, neste mês de março, que é dedicado à luta da mulher por seus direitos, conquistamos espaços importantes como a implantação da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, projeto de lei de nossa autoria e demais Vereadoras da Câmara Municipal desta Capital, o qual contou com todo o apoio da administração socialista do Prefeito Célio de Castro, hoje implantada nessa grande coordenadoria. Tivemos também a alegria de ver, em menos de 15 dias, a inauguração das Delegacias de Mulheres de Vespasiano e Araguari. E aqui a nossa homenagem ao Secretário da Segurança Pública, Dr. Mauro Lopes, sensível à questão do combate à violência contra a mulher.

O Conselho Estadual da Mulher, muitíssimo bem dirigido pela companheira Lourdes Pace, e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, brilhantemente presidido pela companheira Neusinha Santos, têm sido de fundamental importância em nossas lutas.

Temos no Governo Itamar Franco a presença marcante de três mulheres em áreas sensíveis da administração estadual, além de contarmos com a brilhante presença da Dra. Misabel, na Procuradoria-Geral.

À frente da Secretaria do Trabalho, a ilustre Deputada Federal e amiga Maria Lúcia Cardoso vem desenvolvendo um trabalho sério e competente, visivelmente marcado pela sensibilidade e pelo compromisso femininos, que só contribuem para a eficiência do setor.

Já na área da justiça e de direitos humanos, o trabalho desempenhado pela Secretária Ângela Pace é digno de destaque, sobretudo pelo alto senso de profissionalismo e discernimento que vem orientando as decisões da Pasta, considerada uma das mais difíceis da administração pública.

Na Secretaria de Ciência e Tecnologia, temos a importante figura de Margareth Andrade, desenvolvendo também um brilhante trabalho.

Minas Gerais, mais uma vez, faz história.

Temos em Belo Horizonte o Centro de Apoio Benvinda e a Casa Abrigo para as Mulheres Vítimas de Violência, ligados à Prefeitura Municipal.

Nós, mulheres mineiras, reafirmamos, com muita certeza, a fala de Drummond, segundo o qual "o Estado mais tipicamente conservador da União abriga o espírito mais livre".

Estamos conscientes de nosso papel nesses novos tempos e não seremos tímidas em nossa participação para construir um novo Brasil e um novo mundo, alicerçado na igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Essa é a fé que estamos levando à nossa sociedade. Não seremos acanhadas, mas destemidas. Isso é mudar. É o que a sociedade merece e precisa, e só será possível se começar em cada uma de nós, já.

Neste ano, o Dia Internacional da Mulher está sendo comemorado também para marcar a abertura solene da Marcha Mundial de Mulheres pela Paz. As atividades desse movimento em favor da paz e contra a miséria tiveram início no dia 8 de março e terminarão no dia 17 de outubro - Dia Mundial de Luta contra a Pobreza -, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Estamos, juntas, agindo contra a pobreza e contra a violência sexista. Num momento em que estamos vivenciando um período de violência explosiva, de pobreza e de péssima distribuição de renda, as mulheres do mundo chamam a atenção da sociedade para a tarefa e o esforço coletivo pela paz mundial. Não inocentemente, mas buscando a indagação política, continuando a lutar de modo pacífico, decidido e firme, por reais condições de justiça, pela erradicação da miséria e da pobreza. Estaremos todas, hoje, às 17 horas, marcando a abertura de nossa Marcha, no Palácio da Liberdade, com a presença do Governador Itamar Franco e da nossa Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, companheira e amiga Márcia Campos.

Toda violência é um ato de guerra. Nós, mulheres, queremos a paz. Vamos buscá-la nos movimentos sociais, na escola, na política. Lutando com garra e força, movidas pelo sonho

de um mundo melhor e mais justo. Buscamos a paz, que significa o fim da opressão e da exploração dos povos, classe, raça e sexo.

Para nós, mulheres, a paz implica a existência de uma sociedade em que as trabalhadoras e os trabalhadores controlem o produto de seu trabalho e as mulheres não sejam discriminadas e oprimidas.

Queremos que o Brasil e o mundo tenham a cara das mulheres. Que o nosso rosto, a nossa luta, o nosso sonho estejam presentes no futuro que estamos construindo, pois só assim estaremos de fato marcando nossa posição no terceiro milênio.

Em tempo, gostaríamos, neste momento, de apresentar um pouco de nosso trabalho nesta Casa Legislativa, que fala de perto à vida das mulheres. São projetos apresentados com a vivência e a experiência de nossa trajetória de vida, nos movimentos organizados de mulheres e enquanto Delegada Titular da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, ao longo de 11 anos.

Encontram-se em tramitação, nesta Casa Legislativa, três projetos de lei de nossa autoria, importantes contribuições para a saúde, a segurança e o bem-estar da mulher mineira. O primeiro deles, o Projeto de Lei nº 167/99, institui o direito à cirurgia plástica corretiva ou reparadora gratuita para as mulheres vítimas de violência, através do SUS. O Projeto de Lei nº 168/99 prevê a implantação do serviço de orientação de prevenção do câncer cérvico-uterino e do de mama, que atingem anualmente um grande contingente de mulheres, especialmente aquelas que não dispõem de meios para a realização de exames preventivos. O terceiro projeto de lei é o que institui o mês de março como o Mês da Mulher no Estado de Minas Gerais, buscando, além de campanhas da Secretaria da Saúde, campanhas educativas nas escolas.

Finalizando, queremos homenagear todas as mulheres, mas, de forma especial, as que comparecem a esta reunião solene. São mulheres trabalhadoras, profissionais competentes, ativas participantes de movimentos organizados de mulheres, sindicalistas, professoras, estudantes, mães, policiais, empresárias e jornalistas de Belo Horizonte, da Grande BH e de todas as regiões do Estado.

E, nesse sentido, queremos homenageá-las na pessoa de nossa companheira de luta, Margarida Vieira, nossa querida Guida, nossa mestra no PSB e uma das cientistas políticas mais brilhantes do País, professora, mestra e doutora ilustre, com destacadas contribuições acadêmicas e administrativas nas diferentes instituições de ensino onde atuou e atua profissionalmente, que, hoje, se dedica à diretoria de cursos de formação política da Fundação João Mangabeira, do PSB. A nossa dileta homenageada, mulher responsável, hoje, aqui não se faz presente por estar na cidade de Governador Valadares, na UNIVALE, lecionando Ciências Políticas. Mas aqui se faz representar por sua filha, Ana Matos Vieira, jovem também brilhante, que, sendo filha de Guida e Xandão, desponta como liderança feminina e intelectual em nosso partido e em nosso Estado.

Da mesma forma, temos a satisfação de homenagear as mulheres aqui presentes na pessoa de nossa amiga, nossa companheira, Neusinha Santos, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ex-Vereadora e autora do projeto de criação desse importante organismo público voltado para os interesses da mulher. Psicóloga, administradora da Regional Noroeste da Prefeitura de Belo Horizonte, dentre outras atribuições no atual Governo do município, Neusinha presidiu a CPI que investigou a violência contra mulher em Belo Horizonte, em 1992.

Quero homenageá-las também na pessoa da querida amiga Marta Alexandre, companheira de muitas lutas e participante incansável dos movimentos organizados de mulheres brasileiras. Fundadora da Federação Mineira de Mulheres, Marta integrou a delegação brasileira pela Confederação das Mulheres do Brasil na IV Conferência Internacional da Mulher, em Pequim, na China, organizada pela ONU, em 1995. Participou ainda da conferência da ONU sobre alimentação e habitação, na Turquia, em 1996, na qual a Confederação das Mulheres do Brasil recebeu o prêmio por apresentar um dos melhores projetos do mundo na área da habitação, responsável pela construção de mais de 10 mil casas em regime de mutirão por mães chefes de família.

Gostaríamos, também, em nome das mulheres mineiras, de prestar homenagem à querida amiga Márcia Campos, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, guerreira nas lutas de nossa Confederação.

Concluindo, gostaria de acrescentar, na condição de mulher também envolvida pela multiplicidade de atribuições que pressupõe o nosso dia-a-dia, como mãe, esposa, dona de casa, Delegada-Geral de Polícia e também como Deputada junto a esta Casa Legislativa, que a coragem, o destemor e a firmeza na condução desta luta gloriosa nos chegam através do apóstolo São Paulo, ao afirmar: "Nada como combater um bom combate".

A luta das mulheres é a nossa luta. É a luta de todos e de todas nós.

Finalizando, gostaria de registrar que a nossa querida Lourdes Paz, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, também representa a nossa querida Deputada Maria Elvira. Registramos, também, a presença do PMDB Mulher de Uberaba, de Uberlândia, de Ituiutaba, de Gurinhatã, de Capinópolis, etc. Muito obrigada, e que Deus nos proteja em nossa caminhada!

Palavras da Deputada Maria José Hauelsen

Sr. Presidente, Deputado Gil Pereira, em cuja pessoa cumprimento todos os senhores homens aqui presentes e mesmo aqueles que não estão compartilhando conosco esta solenidade, que estão na sua casa, no seu trabalho, na sociedade e sabem exercer a cidadania, respeitando as mulheres; cumprimento a Dra. Misabel Derzi, representante do Sr. Governador do Estado, e, na sua pessoa, quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes que exercem o Poder Executivo; ainda na pessoa da Dra. Misabel Derzi, Procuradora-Geral do Estado, que exerce também todo o trabalho pertinente ao Poder Judiciário diretamente ligado ao interesse do Estado, cumprimentamos todas as executivas e todas as mulheres do Poder Judiciário que estão entre nós; na pessoa de Maria dos Anjos, nossa companheira "Liota", cumprimentamos as Vereadoras, as Deputadas, aquelas que exercem o Poder Legislativo; na pessoa da nossa amiga Janice Tameron Bauer, cumprimentamos todas as mulheres que trabalham com movimentos populares em creches, em associações, que dão a vida pelo bem-estar dos outros e lutam em favor deles. Senhores e senhoras, meus amigos, mais uma vez estamos celebrando o Dia da Mulher. Gostaríamos de deixar bem claro que não desejamos que esta celebração seja feita como uma rotina nem apenas como uma maneira de cumprir uma tarefa e garantir uma formalidade. Este momento serve para todas nós, em todo o mundo, como um momento de conscientização, como um momento em que podemos avaliar tudo aquilo que conseguimos, todos os avanços que tivemos e quanto ainda temos de lutar para conseguirmos tudo aquilo que nos falta. Seríamos pessimistas, seríamos radicais, se disséssemos aqui que não temos nada que celebrar. Temos que celebrar muitas vitórias. Temos que celebrar muitas conquistas, mas, como disse há pouco, ainda falta muito; porém, se olharmos a história, se olharmos as civilizações antigas, veremos que já avançamos. Quero lembrar, por exemplo, a Grécia, berço da democracia, país civilizado na antiguidade, onde as mulheres viviam confinadas no gineceu, a parte da casa reservada para as mulheres e para as crianças.

Eram as escravas do lar, as chamadas rainhas do lar, mas não tinham direito sequer de participar do banquete que preparavam para que seus maridos se alegrassem junto com seus convidados.

A Palestina, berço da libertação, lugar escolhido por Deus para marcar a caminhada de um processo de libertação, era um lugar onde a mulher era considerada coisa. Quando lemos o Êxodo, encontramos um versículo que diz: "Não cobiçarás a casa do teu próximo, a mulher do teu próximo, nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que não lhe pertença".

A mulher era coisa para os hebreus, e, com o advento do cristianismo, vemos que os fatos começaram a mudar, porque Jesus soube tratar com respeito todas as mulheres, desde a sua Mãe até as prostitutas que ele encontrava no seu caminho. Lembremo-nos do confronto que ele teve com os judeus, quando estes tentavam apedrejar uma mulher adúltera. Mas, mesmo tendo já Cristo passado por este mundo, a escravidão da mulher era tão grande, que o apóstolo Paulo, um convertido de pouco tempo, não soube, logo no princípio, entender a libertação. Quando lemos as cartas de Paulo, vemos como ele mostra o machismo arraigado que existia entre os judeus. Mas temos de entender que valor absoluto é dom somente da divindade absoluta: democracia, libertação, beleza, bem, verdade são, na sua plenitude, pertencentes à divindade absoluta, que é Deus.

Nós, que buscamos a perfeição, que buscamos o melhor, devemos ter um pouco da verdade, um pouco do bem, um pouco da democracia, e, quanto mais buscamos esses valores, mais nos aproximamos daquilo que é valor absoluto, ou Daquela que é o valor absoluto.

Também na conquista das mulheres, na conquista que perseguimos, vamos a caminho da libertação. Como disse no princípio, não podemos pensar que não conquistamos o nosso lugar. Seria, além de pessimismo, estar negando a verdade. Basta que olhemos, não só na antiguidade, mas em nossas famílias, em nossas casas, se já não houve um avanço em relação à vida que tiveram nossas avós, nossa mãe, nossas irmãs, em relação ao que hoje vemos nas famílias, quando já encontramos mulheres que já não aceitam ser as rainhas do lar, mas na verdade, não passam de escravinhas do lar, que estão ali apenas para servir o marido e os filhos.

Já avançamos, mas ainda temos muito que caminhar. Temos muito que conquistar. Estamos vendo que a mulher, à medida que consegue na sua casa, na sua família, a solidariedade de seu marido, de seus filhos, avança na comunidade como participante dos sindicatos, das associações, dos movimentos de bairro, na luta pelos oprimidos.

A mulher se destaca também na política. Lembremo-nos do que foi dito aqui: a primeira vez que uma mulher teve direito a votar foi em 1932. Hoje, somos poucas ainda na vida política. Basta dizer que nesta Casa, entre 77 Deputados, somos 5 mulheres. É sinal que temos muito que conquistar, muito que caminhar.

A mulher avança também na sua vida profissional, mesmo sabendo que no trabalho as mulheres sempre são desvalorizadas em relação ao homem, sobretudo na questão dos salários.

Estamos vendo mulheres ocupar cargos no Poder Executivo, no Poder Legislativo e destacar-se nas profissões liberais, assim como no trabalho e na luta do dia-a-dia por um mundo melhor e pela libertação de todos os povos.

Meus amigos, minhas amigas, mulheres aqui presentes, estamos vendo várias mulheres que serão hoje homenageadas. A nós, Deputadas desta Casa, foi dada a incumbência de escolher apenas três, porque seria muito demorado se quiséssemos homenagear todas as mulheres que conhecemos e que merecem estar aqui presentes. Cada Deputada, com certeza, esmerou-se, buscou a dedo aquela que devia representar tantas outras. Todas as mulheres homenageadas aqui são cidadãs, mulheres que sabem buscar e defender o direito de todas as outras. Infelizmente, não tenho o prazer de conhecer todas vocês, então vou me referir às três que convidei para estarem aqui presentes. Janice Bauer. Janice Bauer é mãe de família, tem três filhos, uma vida dedicada, não somente à sua família, é companheira de seu marido Frans, cuida dos filhos, mas dedica-se muito à comunidade, aos jovens adolescentes com risco de se perderem, às crianças que vivem na creche onde ela atua, aos movimentos de bairro e aos movimentos religiosos na cidade de Teófilo Ottoni. Parabéns à Janice, que representa muito bem todas as mulheres que estão na luta contra a opressão.

Maria dos Anjos Ramos, a nossa amiga Vereadora Liota, que luta também numa Câmara de Vereadores onde as mulheres são minoria, mas que não têm um trabalho inferior ao trabalho dos homens. Liota também é dona de casa, mãe de família, comerciante, arranja tempo para os trabalhos de comunidade.

A outra é a Irmã Zoé que, por questões de saúde, não pôde estar aqui conosco. Irmã Zoé cuida de uma creche onde estão mais de 100 crianças totalmente abandonadas, sem pai e sem mãe que tenham condição de cuidar dessas crianças. Além da creche, acompanha cerca de 50 ou 60 crianças e adolescentes prostituídas, trabalhando na Casa das Meninas. Ai de nós, deste Brasil afora, se não encontrássemos pessoas abnegadas como vocês que estão aqui. Cada uma no seu setor, cada uma trabalhando, muitas vezes, sem a ajuda ou o apoio dos poderes públicos. A Irmã Zoé, como eu lhes disse, não pôde estar presente por falta de condições de saúde, mas mandou-me uma carta.

"Exma. Sra. Deputada Profa. Maria José Haueisen Freire, há dias fui surpreendida com um convite para comparecer a essa egrégia Casa Legislativa, a fim de receber a homenagem a mim conferida pela amiga e Deputada. Há sempre um constrangimento da minha parte quando surpreendida com um destaque dessa natureza. Entretanto, pensando que a homenagem não pára na minha pessoa e é destinada, sobretudo, aos que, na Creche Ninho e na Casa das Meninas de Teófilo Ottoni, dedicam-se com uma generosidade cada vez maior à causa das crianças e adolescentes abandonados de nossa sociedade, aqui abrigados em tempo integral, busquei razões para aceitar a homenagem.

Acometida, porém, por grave crise de dores na coluna, tive de me submeter a uma internação hospitalar que me impede de participar do evento do dia 15 de março.

Por meio desta faço-me representar pela Sra. Janice Bauer e, através dela, agradeço, penhoradamente, a homenagem, em nome da diretoria, dos funcionários, voluntários e de toda a população infantil da Creche Ninho e da Casa das Meninas, desejando à nobre Deputada Maria José um profícuo trabalho em prol de nossa Região sofrida do Vale do Mucuri. Fraternal abraço da Irmã Zoé da Cunha Menezes".

Minhas amigas, amigos e pessoas presentes, como disse, já avançamos. E avançamos bem, sobretudo nos últimos tempos, porque a conscientização vai crescendo em proporção que pode ser geométrica. Mas não podemos correr o risco de aceitar um retrocesso. Por isso, na oportunidade, faço um apelo a todos os presentes para que nos ajudem numa pretensão de que não soframos retrocesso nas conquistas já feitas, nos esforcemos enviando cartas à Organização Internacional do Trabalho, que quer modificar a lei ou a proposta que garante às mulheres grávidas, o direito de ter sua criança e acompanhá-la nos primeiros meses de vida.

Lerei uma proposta que gostaria fosse assinada e abraçada por todos os presentes, para endereçá-la à Organização Internacional do Trabalho - OIT. (- Lê:)

"A Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, referente aos direitos da mulher trabalhadora grávida, poderá ser alterada em junho de 2000.

A Convenção 103 aplica-se a todas as mulheres empregadas nas empresas, indústrias, assalariadas que trabalham em casa e às trabalhadoras rurais. Define também a duração da licença maternidade em 12 semanas e a obrigatoriedade de pelo menos parte dessa licença ser concedida após o parto (não sendo o período inferior a seis semanas). A mulher tem direito de receber pagamento em espécie e pagamento de serviços médicos no período pré-natal, durante e após o parto. A redação atual da Convenção 103 deixa claro que durante o período de licença é ilegal a demissão da mulher trabalhadora.

Na proposta de alteração, os direitos previstos na Convenção serão flexibilizados, e o que atualmente tem caráter obrigatório poderá ficar a critério de cada país signatário, tornando-se apenas recomendação. Como, por exemplo, o período de licença antes e após o parto, o pagamento de salário, o atendimento médico e, até mesmo, a demissão "por motivos sem relação com a gravidez, o nascimento do filho e a continuação da amamentação".

Nós, abaixo-assinados, nos dirigimos à Assembléia Geral da OIT, reivindicando a manutenção da atual redação da Convenção 103".

Minhas amigas, o Brasil é signatário da Convenção 103. Não podemos colocar em risco um direito conquistado e que é importante para todas as mães e para toda a sociedade. Sabemos que a criança que não tem o carinho materno, não tem a assistência nos primeiros anos de vida e que já sofre a pressão do trabalho exaustivo quando ainda está no ventre materno provavelmente terá mais dificuldades na sua vida.

Para que não tenhamos perdas, para que não tenhamos que lutar novamente por aquilo que já é uma conquista, vamos mandar cartas e um abaixo-assinado à Organização Internacional do Trabalho. Assim, estaremos cumprindo a nossa missão, missão de cidadãs do ano 2000. Muito obrigada a todos vocês que aqui estão.

Palavras da Procuradora Misabel Derzi

Sr. Presidente da Mesa, Deputado Gil Pereira; ilustríssimas representantes de organizações governamentais e não governamentais de defesa dos direitos das mulheres que compõem a Mesa; Exmas. Sras. Deputadas; Exmos. Srs. Deputados; delegações de diversas partes do Estado que se incorporaram à luta em defesa dos direitos da mulher; senhoras e senhores, cidadãos presentes, em nome do Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco, quero prestar as homenagens do Poder Executivo às líderes e às lideranças femininas presentes e a todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Essas homenagens que aqui se prestam são devidas porque são justas. E são mais do que devidas. Diria que são obrigatórias para todo parlamentar e para qualquer governante cioso de cumprir as metas da Constituição, na construção de uma sociedade livre, justa e solidária; obrigatórias porque, por meio dessas homenagens, reconhece-se a luta ardorosa e as conquistas fundamentais para a construção dessa mesma sociedade.

Mas não bastam as homenagens. Em nome do Sr. Governador do Estado, o Poder Executivo quer registrar aqui que não só homenageia e se curva ao trabalho digno, ardoroso, quase um martírio dessas lideranças, como já foi aqui dito, mas que também e sobretudo, a partir de agora, não está mais surdo à sua voz. Está ouvindo o chamado das mulheres e vai aderir à sua luta.

A partir das 17 horas do dia de hoje, o Sr. Governador do Estado assinará um decreto que implementa, a pedido de várias lideranças femininas, medidas concretas, para que possamos não apenas homenagear, não apenas aplaudir todas as mulheres, mas também aprimorar a nossa ordem social, cultural e jurídica. (- Palmas.)

Estamos cientes, senhoras, de que, apesar das conquistas obtidas em razão dessas lutas, de imediato ressaltam dois grandes pontos de extrema gravidade e que ainda não foram alcançados: as mulheres continuam sendo aquilo que, nos estudos especializados da área, costuma-se chamar de mão-de-obra de reserva. Na época de "boom" econômico são empregadas e solicitadas, mas, ao mais leve sinal de recessão econômica, são as mulheres as primeiras a engrossar as filas dos desempregados. Portanto, mais do que os homens, sofrem, em primeiro lugar, as conseqüências danosas da miséria, da pobreza e do desemprego. Em segundo lugar, mesmo quando empregadas no mercado de trabalho, por igual serviço e em iguais condições, sempre obtêm salários mais baixos do que os homens. A distribuição de renda em nosso País, que já é injusta, cai com mais rigor sobre os ombros das mulheres.

O Governo do Estado, apesar da recessão econômica e apesar das dificuldades financeiras, que são notáveis e conhecidas, recusou-se, desde a primeira hora, a ceder às pressões legais e contratuais impostas pelo acordo de dívida firmado com a União para ajuste automático das contas do Estado, mediante a solução fácil, mas cruel, de desemprego em massa do funcionalismo público. Sabia àquela época e sabe ainda o Governo que dos servidores públicos o grande universo é feminino. Por isso mesmo, aqui se implementou um programa necessário e fundamental prévio de esforço de arrecadação, estímulo à elevação da receita e ao combate à sonegação, racionalização das despesas e dos gastos, o que foi suficiente para ajustar as contas do Estado sem que houvesse demissão de funcionários. Contribuí, assim, o Governo para que esse círculo vicioso da chamada mão-de-obra de reserva não se fizesse sentir, com tanta ênfase, no âmbito estadual. E mais: o que o Governo quer é que essas prioridades que incorporou se eternizem no Estado de Minas Gerais. Por isso mesmo, foi enviada, pelo Sr. Governador, proposta de emenda à Constituição Estadual. Este será o único Estado da Federação Brasileira, ao contrário dos demais e ao contrário da Constituição Federal, que implementou uma reforma administrativa diferente, em que os servidores públicos estáveis conservaram a sua estabilidade e jamais serão exonerados. Será este o único Estado que sentiu necessidade de consagrar em sua carta o óbvio, o fato de que todo governante tem que ser justo, humano e sensível aos interesses do povo em geral. Por isso mesmo, o projeto do Governo determina que, antes de qualquer medida demissionária, mesmo dos não estáveis, seja implantado, por cada Governo, um programa de combate à sonegação, aumento de receita e redução de gastos e despesas. Sem esse programa implantado não se pode, em Minas Gerais, hoje, e não se poderá, no futuro, pensar em nenhum corte ou investimento social. O que o Poder Executivo espera é que esta Casa - e temos a melhor expectativa nesse sentido - acolha essas sugestões e torne realidade esses projetos para o Estado. Mas estamos conscientes - e digo isso em nome do Governador - de que isso é muito pouco, não é nada diante do caminho a percorrer.

Exatamente por isso é que esse decreto será assinado a partir das 5 horas, e não pretendo adiantar seu conteúdo, porque não seria correto, pois ainda não foi assinado pelo Governador do Estado. Trata-se de um ato normativo, com o objetivo de iniciarmos exatamente a tomada de posição e medidas concretas neste Estado, incorporando e aderindo, efetivamente, a esta oportunidade em que se homenageiam as mulheres e sua luta, que é justa e belíssima.

Então, eu lhes digo: a luta das mulheres, essa luta mundial por uma sociedade mais justa, que combate a pobreza e a miséria, é também a luta do Estado de Minas Gerais. Muito obrigada.

#### Apresentação do Coral

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - A Presidência convida todos a ouvir uma apresentação do Coral Reciclar.

O Locutor (Sr. José Soares Júnior) - Neste momento, o Coral Reciclar fará a apresentação de três músicas, a saber: "Uirapuru", do folclore brasileiro, arranjo de Eliane Fajoli; "Rosa Amarela", de Villa-Lobos, e "Cancion de La Paz", transcrição do Prof. Luís Luccia.

- Procede à apresentação do Coral Reciclar.

O Sr. Presidente - Queremos agradecer ao Coral Reciclar pela belíssima apresentação.

#### Palavras da Deputada Maria Olívia

E Deus criou a mulher. Deu a ela sensibilidade, sensualidade, charme e uma criatividade indescritível. Esculpuiu o corpo e lhe deu a mais sublime das missões: gerar filhos e dar à luz.

Fomos privilegiadas pelo Criador. Mãe, administradora do lar, ela vai à luta, impõe-se e ocupa seu espaço. Somente se impondo, ela prova que é tão capaz quanto o homem. Orgulho-me em ver uma mulher governar o Estado do Maranhão. Orgulho-me em saber que é uma mulher que preside o Sindicato dos Jornalistas do nosso Estado. Outra preside a Sociedade Mineira dos Engenheiros das nossas Gerais.

São 301 Prefeitas administrando no Brasil. Vereadoras, são 6.536 com assento nas Câmaras Municipais do País. Sou otimista. Interiorana, criada nas rígidas normas da tradicional família mineira, dei a volta por cima. Orgulho-me de ser mãe, mulher e Deputada. Se aqui estou, é porque fui à luta e venci. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há dez anos, cheguei a este parlamento. Permitam-me, nobres Deputadas Elaine, Elbe, Maria José e Maria Tereza falar em seu nome. Jamais sofremos preconceito por parte dos nobres pares que aqui encontramos nem da equipe técnica da Casa. Alguns já nos deixaram, e de todos guardamos boas lembranças e muita saudade. Sempre respeitadas, elogiadas, jamais discriminadas.

Falo isso porque, por diversas vezes, fui questionada se sofremos discriminação nesta Casa. A Deputada Maria José e esta Deputada que vos fala já participaram da Mesa Diretora deste parlamento. Presidências de comissões e participação em CPLs já foram, por diversas vezes, destinadas a nós, Deputadas. Acredito que, num futuro muito próximo, esta Casa será presidida por uma mulher. Minhas palavras finais são as de que nós, mulheres, temos de exigir o que está bem claro na Constituição: "Todos são iguais perante a lei". Temos de exigir nossos direitos, não esbarrar no primeiro obstáculo. Lutar pelo nosso ideal. Somente lutando, impondo-nos, alcançaremos nossos objetivos.

Nossas três homenageadas são pessoas simples, que vêm dando um testemunho a este Estado. Temos aqui três mulheres, mas, como disse a Deputada Maria José Hau Eisen, são poucas as que podemos homenagear. Escolhi três mulheres que representam muito bem a mulher mineira e a brasileira.

Ali está a D. Geralda, Presidente da Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte. Essa mulher teve o reconhecimento da UNESCO pelo trabalho social que desenvolve. Meus parabéns, D. Geralda. Já tive a oportunidade de, desta tribuna, mostrar a Minas Gerais seu trabalho, que está registrado nos anais desta Casa.

Cumprimentamos D. Mariquinha do Cafezal, que, com essa roupa e turbante brancos, talvez esteja representando a paz. Com mais de 70 anos, descobriu que era uma locutora e que poderia fazer um programa. Essa rádio comunitária do Cafezal já nem é comunitária, por sua potência e pelo respeito que a população lhe dedica, e ela vai lá para levar paz, principalmente com um trabalho em relação ao tráfico de drogas. Manifesto o reconhecimento desta Casa e nosso carinho, D. Mariquinha. (- Palmas.)

Por último, temos aqui a Prefeita da cidade de Vargem Bonita, que, na nascente de nosso rio São Francisco, vê o rio tão pequeno ainda. Essa mulher enfrentou os coronéis da política e, antes uma simples professora, atualmente tem o testemunho da cidade de que é uma mulher séria, tendo o reconhecimento do povo de Vargem Bonita e deste parlamento. É conhecida como Tia Lu, devido a seu carinho.

Damos, então, o reconhecimento deste parlamento a essas três mulheres, que foram à luta. Não devemos desistir nem pensar que não somos capazes, pois em nada somos diferentes dos homens. Muito obrigada.

Queremos cumprimentar a toda mulher mineira, na pessoa das mulheres que estão nesta Mesa e neste Plenário. Queremos, também, cumprimentar as representantes de todas as delegações das várias cidades de Minas e a nossa bancada feminina e dizer que a iniciativa da Deputada Elaine Matozinhos foi muito importante e feliz. Como Deputada mulher e co-autora desse requerimento, nos sentimos orgulhosas de estar hoje celebrando o Dia Internacional da Mulher e, mais do que isso, vivendo um momento de reflexão para que possamos dar passos largos na direção da conquista de nossos direitos. Queremos cumprimentar as Vereadoras, as Prefeitas e as funcionárias desta Casa, que nos têm dado grande contribuição. Temos 77 Deputados e, dentre eles, apenas 5 mulheres, mas, com certeza, nas assessorias, a grande maioria é de mulheres. Queremos cumprimentar, ainda, as companheiras do coral da SLU, que demonstraram a capacidade artística das mulheres.

Hoje estamos aqui para homenagear as mulheres e compartilhar com todos os presentes as conquistas que obtivemos neste século. No limiar de um novo milênio, nós, mulheres, temos que comemorar o avanço de nossa participação efetiva nos movimentos populares e o início da ocupação da política partidária. Somos cinco mulheres representando a população nesta Casa. O número é pequeno, mas é o maior da história da Assembléia Legislativa. Estamos, cada vez mais, preenchendo espaços políticos e públicos. A razão de estarmos aqui hoje é fruto, principalmente, da vitória sobre os preconceitos, através do engajamento em movimentos populares em defesa de causas que acreditamos ser direito de todos, homens e mulheres. Além das paredes desta Casa, muitas mulheres também lutam pela melhoria de nossas cidades, Estado e País, enfim, por um mundo mais justo, onde todos possam viver em igualdade de condições, sem discriminação econômica, social, racial, cultural e de gênero.

É por isso que hoje homenageamos três mulheres, que transformaram sua vida em um instrumento de solidariedade e de luta pelos direitos humanos, pelo direito à educação, pelos movimentos populares e pelo fim das minorias. São elas: Maria do Carmo Diniz, a "Carminha", nossa grande companheira de Betim, que, desde 1985, milita na defesa dos direitos humanos nessa cidade. Uma mulher que também dedica sua vida na recuperação de crianças e adolescentes em situação de risco, atuando como membro do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e do Conselho de Assistência Social de Betim. "Carminha" também trava sua luta pelos direitos humanos por meio do Movimento Evangélico Progressista - MEP - e do Centro de Defesa de Direitos Humanos de Betim. "Carminha" é uma mulher de fé e de luta.

Por seu trabalho em prol dos direitos da população negra, homenageamos a Profª. Cleide Hilda de Lima Souza, fundadora do NZINGA - Coletivo de Mulheres Negras e coordenadora em Minas Gerais da Coordenadoria Nacional de Entidades Negras. Cleide também atua na primeira Fundação Centro de Referência da Comunidade Negra e participa do grupo de educadores negros que assessora a Secretaria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte, que busca a formação da consciência negra e o fim da discriminação racial.

Também homenageamos essa grande mulher companheira, uma mulher do povo, Ana Pascal dos Anjos, uma líder comunitária da região Nordeste de Belo Horizonte, que dedica seu trabalho a crianças e adolescentes, principalmente na luta por creches, que beneficiam as mulheres das comunidades dos Bairros Ribeiro de Abreu, Capitão Eduardo e Vista do Sol. Ana é uma mulher que contribui para que nossas crianças tenham direito à educação desde os seus primeiros anos de vida. Mulher de fé e de luta.

Queremos também homenagear todas as outras que estão representadas pelas colegas Deputadas. Permita-me, Deputada Elaine Matozinhos, na pessoa de Neusinha Santos cumprimentar todas as homenageadas.

Essas mulheres são exemplo de pessoas que fazem de sua vida um compromisso pelo bem-estar de todos, através da participação ativa em movimentos populares que querem transformar a sociedade, tornando-a mais humana, fraterna e igualitária, em que todos possam exercer com plenitude sua cidadania, e as desigualdades sejam exceções, e não regras.

E, neste ano, quando elegemos Prefeitos, Prefeitas, Vereadores, Vereadoras, deixo uma palavra de incentivo a todas as mulheres mineiras: que se candidatem a esses cargos e coloquem o poder a serviço da maioria da população, dos trabalhadores, dos excluídos, ou apoiem candidatas comprometidas com as lutas populares e com a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

Nesta oportunidade, também quero registrar que eu e a Deputada Elaine Matozinhos recebemos um ofício da Deputada Federal Maria do Carmo Lara, justificando sua ausência neste evento e agradecendo a bancada feminina desta Casa pelo convite a ela dirigido.

Quero também agradecer a sensibilidade do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto, pela homenagem que prestará às mulheres mineiras, através de três lideranças políticas, entre elas a Deputada Federal Maria do Carmo Lara.

Sr. Presidente, essa iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup> significa respeito pela mulher mineira e incentivo para que continuemos a lutar para conquistar nossos direitos até chegarmos a ser verdadeiramente companheiros: homens e mulheres, lado a lado, solidários nos nossos sonhos e ações. Muito obrigada.

#### Palavras da Sra. Márcia Campos

Sr. Presidente, nobres Deputadas Elaine Matozinhos, Maria Olívia, Maria José Hauelsen, Elbe Brandão e Maria Tereza Lara; querida Secretária Maria Lúcia; querida Jô; demais companheiras que estão na Mesa; mulheres de Minas; é uma grande alegria viver com vocês esta solenidade, porque uma das grandes conquistas de cada mulher deste País é saber que é capaz, que pode acreditar nela mesma, pois está junto àqueles setores da sociedade em que tradicionalmente tem mais espaço, construindo uma nova sociedade, em que as mulheres brasileiras verão os filhos crescerem, as famílias não se desintegrarem, como acontece hoje, no nosso País.

Nós, mulheres brasileiras; nós, mulheres do mundo todo, não ficamos felizes por ter, em pleno ano 2000, de estar definindo, nos 500 anos do Brasil, o ano em que as mulheres do mundo todo vão marchar contra a violência e a pobreza e, no caso das brasileiras, em defesa deste País. Mas essa é a cara das mulheres brasileiras. Se há necessidade de lutar, se é preciso passar este País a limpo, se é preciso colocar o Presidente no seu lugar, nós, mulheres brasileiras, não negaremos nosso apoio, nossa luta e nossa força a esta Nação.

E hoje, começando essa marcha, queremos mostrar às autoridades brasileiras que este País que tem uma bandeira verde-amarela, que nos tem como filhas, vamos levantar a cabeça, virar esse jogo e defender esta Nação. É essa força da mulher brasileira. É essa minha alegria: saber que podemos contar com as parlamentares desta Casa, com os nobres Deputados, construindo a Nação que queremos. Sr. Presidente da República, o senhor que me perdoe, mas não merece meu respeito, não merece a honra de ser brasileiro. Nós, mulheres, iremos mostrar aos brasileiros que estamos nessa luta.

Parabéns, mulheres! Nosso dia só faz aumentar nossa responsabilidade e nossa crença de que o Brasil é um País feliz, porque tem cada uma de nós como filha. O Brasil é um País digno. Não vai mais se curvar a Fundo Monetário Internacional nenhum, não vai entregar a PETROBRÁS, não vai entregar Furnas, porque as mulheres mineiras, as mulheres brasileiras não o permitirão. Parabéns para vocês, parabéns, Deputadas!

#### Palavras da Secretária Maria Lúcia Cardoso

Cumprimento nosso ilustre Deputado Gil Pereira, que, neste momento, preside esta importante solenidade; nossa caríssima representante brasileira, Presidente da Confederação das Mulheres, Dra. Márcia Campos; caríssimas Deputadas Maria Olívia, Elbe Brandão, Maria José Hauelsen e Elaine Matozinhos; nossa caríssima Presidente da Associação dos Aposentados, D. Marta; caríssimas mulheres líderes femininas; delegações de todo o Estado de Minas Gerais que hoje comparecem a esta importante solenidade, este ato solene de união, neste Plenário; muito me emociona ser a primeira mulher a ocupar a Pasta do Trabalho de Minas Gerais. Isso me deixa cada vez mais comprometida com nossa luta, com a luta da mulher.

Esta nossa marcha tem grande significado não só pelo Dia Internacional da Mulher, como também mostra que estamos unidas e não ficaremos descansadas enquanto uma mulher for aviltada em seu direito ou diminuída em sua dignidade.

Portanto, mulheres brasileiras, mulheres mineiras, lideranças femininas, convoco a todas para, neste ato solene, nos unirmos, neste momento em que a mulher não pode mais se calar

e precisa, a cada dia, ter seu direito e seu espaço garantidos.

Costuma-se dizer que a mulher começou a ser reconhecida há apenas 100 anos. Mas acho que avançamos muito na nossa luta. Avançamos muito, porque, se hoje somos 50%, costume dizer que somos mães da outra metade. Portanto, somos 100%. Mas não gostaria jamais de ser mulher num mundo só de mulheres. É a presença do parceiro, companheiro leal, que divide as lutas, divide o reconhecimento, divide o espaço com a mulher, que neste momento mais queremos.

Portanto, este nosso ato, de grande significado, ficará na história de Minas Gerais, porque estaremos a cada dia mais unidas, buscando sempre uma liderança que vá às ruas e lute pelos direitos das mulheres. O que queremos é uma sociedade mais justa, é lutar pela igualdade de direitos, é ter parceiros saudáveis numa sociedade saudável e feliz.

Agradeço a oportunidade ao ilustre Presidente. Temos ainda outro encontro, com o Governador, no Palácio, onde nos espera.

Convido todas vocês para caminharmos nessa marcha rumo ao Palácio da Liberdade, para que possamos receber outras homenagens e o reconhecimento, por meio dos atos que, com certeza, o Governador terá preparado para nós. Boa tarde a todos e muito obrigada.

#### Entrega de Placas

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento faremos a entrega das placas às homenageadas pelas Deputadas autoras do requerimento que deu origem à reunião.

As placas contêm os seguintes dizeres: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, celebrando o Dia Internacional da Mulher, homenageia lideranças femininas que, com o seu exemplo de luta e sua ativa participação no processo social, político e econômico, vêm contribuindo para afirmar os princípios da igualdade, da justiça e dos direitos humanos na promoção e valorização da mulher. Belo Horizonte, 15 de março de 2000. Deputado Anderson Aduino, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

Convidamos a Deputada Elaine Matozinhos a se dirigir ao local de entrega das placas.

O locutor - A primeira homenageada, Sra. Marta Alexandre, será representada por Márcia Campos.

A Deputada Elaine Matozinhos - Neste momento, prestamos uma homenagem à nossa amiga Márcia Campos, como representante do carinho de todas as mulheres de Minas.

O locutor - Convidamos a Sra. Neuzinha Santos para receber a placa das mãos da Deputada Elaine Matozinhos.

Convidamos também a Sra. Margarida Vieira, que nesta oportunidade será representada por sua filha, Ana Matos Vieira.

Convidamos a Deputada Elbe Brandão para entregar as placas às Sras. Gervacina Ferreira Santos, Jaci Ribeiro e Rita Félix Eugênia.

Convidamos a Deputada Maria José Hauelsen para entregar as placas às Sras. Janice Tameirão Bauer e Maria dos Anjos Ramos.

Convidamos a Deputada Maria Olívia a fazer a entrega das placas.

Para receber, as Sras. Luzia Maria de Faria, Maria Ribeiro dos Reis (Dona Mariquinha) e Maria das Graças Maçal.

Agradecemos à Deputada Maria Olívia. Convidamos a Deputada Maria Tereza Lara para fazer a entrega das placas.

Para receber, as Sras. Ana Pascoal dos Anjos, Cleyde Hilda de Lima Souza e Maria do Carmo Diniz Ferreira.

Agradecemos à Deputada Maria Tereza Lara.

Neste momento, a Exma. Sra. Deputada Federal Maria Lúcia Cardoso, Secretária do Trabalho, prestará uma homenagem à mulher mineira, fazendo a entrega de flores a três mulheres que hoje ocupam a direção regional de partidos políticos em Minas Gerais: Jô Moraes, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte e Presidente do Comitê Estadual do PC do B; Deputada Elaine Matozinhos, Presidente do PSB estadual; finalmente, Maria do Carmo Lara, Deputada Federal por Minas Gerais e Presidente do PT estadual, aqui representada pela Deputada Maria Tereza Lara.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença.

#### ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 14/3/2000

#### Presidência do Deputado Anderson Aduino

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Registro de presença - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58; discurso do Deputado Hely Tarquínio; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Hely Tarquínio; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Hely Tarquínio; questão de ordem; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Hely Tarquínio e Sebastião Costa; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos seguintes membros da CPI da Violência da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo: Deputados Marcos Gazani, Gilson Lopes, Luiz Pereira e Fátima Cousin. A Presidência dá as boas-vindas aos Deputados, companheiros do Estado do Espírito Santo, e aproveita para comunicar aos Deputados que a Assembléia Legislativa daquele Estado inaugurará, na próxima quinta-feira, as novas instalações, que, por sinal, ficaram muito bonitas, bem superiores às nossas.

## Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Continua em discussão o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Hely Tarquínio, que ainda dispõe de 55 minutos.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dando prosseguimento à discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, estamos fazendo a apreciação e o histórico do projeto de lei apresentado a esta Casa pelo ilustre Deputado Antônio Júlio, criando uma unidade de Corpo de Bombeiros da Polícia Militar em Pará de Minas.

A mensagem do Governador está vazada nos seguintes termos: "Cumpr-me levar ao conhecimento de V. Exa. que, no uso da atribuição que me confere o art. 90, inciso VIII, c/c o art. 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências".

Ao opor veto ao projeto de lei do Deputado Antônio Júlio, o Governador fundamenta as razões do veto: "Ao considerar para sanção a Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e dá outras providências, sou conduzido a opor veto ao § 3º, art. 26, tendo em vista razões de ordem legal e de interesse administrativo".

A lei complementar tem como função precípua a regulamentação dos textos constitucionais. A Constituição, muitas vezes, cria situações que exigem o estabelecimento de normas complementares, de forma a efetivar as suas disposições de cunho simplesmente programático.

Dessa forma, a lei complementar não pode fugir muito de suas características, especificando determinadas questões que caberiam à lei ordinária ou, simplesmente, a decreto do Executivo, dispor sob pena de ser tachada de casuística. Além do mais, a lei complementar apresenta uma ampla rigidez formal, sendo superior à legislação ordinária e aos atos do Poder Executivo.

A criação da unidade de execução do Corpo de Bombeiros em municípios do Estado será efetivada por meio de decreto do Executivo. A especificação de uma unidade por lei complementar e a criação de tais unidades nos demais municípios por meio de decreto poderá ensejar uma desigualdade formal que não condiz com os princípios da administração pública traçados em nível constitucional.

## Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, gostaria de continuar lendo as razões do veto, aumentar a discussão, enriquecê-la, fundamentar todas as posições da Oposição e conhecer bem as alegações do veto, mas percebo, de plano, que não existe "quorum" para continuar. Gostaria, portanto, de solicitar o encerramento da reunião.

O Deputado Luiz Fernando Faria - Sr. Presidente, peço recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Andrade) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 33 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Continua com a palavra o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Como há "quorum", continuaremos a discussão. Estamos alegando as razões do veto. Finalmente o Governador fundamenta o seu argumento dizendo que a criação da unidade de execução do Corpo de Bombeiros em municípios do Estado será efetivada por meio de decreto do Executivo.

A especificação de uma unidade por lei complementar e a criação de tais unidades nos demais municípios, através de decreto, poderá ensejar uma desigualdade formal que não condiz com os princípios da administração pública traçados em nível constitucional.

O Governador busca, à luz da Constituição, a ela obedecer fielmente. Mas temos algumas ressalvas. Em determinados momentos, em determinadas situações, o Governo, por motivos políticos e por motivos não confessáveis, ao criar o próprio Corpo de Bombeiros com autonomia, com orçamento próprio, com a sua organização básica, como desdobramento da Polícia Militar de Minas Gerais, deixou de cumprir uma promessa de campanha, porque através de um decreto, através de sua iniciativa, através de proposta do Executivo, poderia tê-lo criado. Não precisava encaminhar para a Assembléia Legislativa de forma inconstitucional.

Naquele momento, não se valeu dos argumentos constitucionais para, paradoxalmente, criar a unidade e a autonomia do Corpo de Bombeiros, como desdobramento da Polícia Militar. Essa situação poderá trazer outros embaraços, porque a Polícia Florestal de Minas Gerais já tem o sonho de se transformar em unidade autônoma, com orçamento próprio,

separada da Polícia Militar de Minas Gerais.

Oxalá isso ocorra por determinação do Governo, do Executivo, e que não venha para esta Casa um projeto que é da competência do Executivo.

Pode fazer isso, constitucionalmente, mas coloca nas mãos dos Deputados. Essa é uma coisa, exclusivamente, do Executivo, mas, naquela oportunidade, devido às dificuldades que tinha com o projeto de anistia, houve por bem procurar uma saída para a anistia, para acomodar a situação e a Assembléia Legislativa, por um vício de submissão... Ao mesmo tempo, quando o Estado democrático de direito começa a ficar ameaçado, nós, que somos mediadores do povo, procuramos o bom-senso. No caso, esta Casa aliviou o Governador criando, então, o Corpo de Bombeiros e, ao mesmo tempo, anistiando os culpados da PM. Agora, o nosso ilustre colega, Deputado Antônio Júlio, usando da sua representação e atendendo ao povo de Pará de Minas e da região, houve por bem, através de uma lei complementar, criar o Corpo de Bombeiros no município. A proposta do projeto de lei tramitou nesta Casa, nas comissões, e foi aprovada pelas comissões de direito. A seguir, foi aprovada no Plenário. O Sr. Governador, aqui embaixo, faz um elogio ao Deputado Antônio Júlio: "Vale ressaltar a meritória iniciativa do operoso Deputado Antônio Júlio, criando a unidade de execução do Corpo de Bombeiros no Município de Pará de Minas, que não será prejudicada pelo veto oposto, já que, na mesma data, estaremos editando decreto nesse sentido. Essas são as razões de ordem legal e administrativa que me levam a vetar o § 3º do art. 26 da Proposição de Lei Complementar nº 58, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame". Dessa forma, coloca aqui a sua posição. Gostaríamos de caracterizar o posicionamento não só do Poder Executivo, mas, também, às vezes, do Legislativo. Queremos lembrar que, neste País, na tramitação das leis, nas propostas mais difíceis de ser resolvidas, do ponto de vista técnico legislativo, em que se deve obedecer às orientações constitucionais, nem sempre isso acontece. O Governador alega razões constitucionais, razões administrativas, dizendo que uma lei complementar é muito forte e que não é bem procedente. Em um ato desses teria de formular, então, o decreto-lei para criar essa unidade. É paradoxal, porque poderia também, inconstitucionalmente, como várias incursões que tem feito nesta Casa, propor o contrário. Por que isso tem ocorrido? Porque estamos vivendo no Brasil, há muitos anos, principalmente a partir da Constituição de 1988, e bem antes, um desrespeito à Constituição. As leis constitucionais são muitas.

O Poder Judiciário tem mazelas estruturais, porque a forma de atuar do Presidencialismo dá força ao Executivo. O Executivo impera. No momento de se compor a estrutura do Tribunal de Justiça, o Governador tem peso na indicação do Presidente - ou, praticamente, decide quem será -, tem peso na indicação dos Desembargadores, tem peso no colegiado. E todos passam a ser devedores de favores. Por mais independente que o indivíduo seja, existe o coeficiente pessoal da gratidão.

Esta Casa também não escapa ao "jurisdicismo". Há Deputados que dizem ao Consultor que querem uma lei constitucional. Os Consultores aí estão para atender aos apelos políticos. Nunca fiz isso, mas já vi vários colegas fazerem e também já ouvi reclamações dos Consultores.

Nesta Casa tudo é decisão política. Aqui impera a pressão entre as bancadas e o lado plural da atividade dos Deputados.

Agora fabrica-se aqui uma anistia: o Governador não quis fazer por ele próprio, constitucionalmente, e preferiu jogar nas mãos do Legislativo. Começa, assim, a primeira acomodação entre o Poder Legislativo e o Executivo.

Por meio de um projeto de resolução, por meio de projetos que o Executivo nos envia e, às vezes, até por pressão de outro Poder, muitas coisas se resolvem. E nos acomodamos e distorcemos a Constituição.

Essa prática precisa diminuir ou até ser banida. Desse jeito, daqui a pouco não vamos mais acreditar na Constituição. A lei já sai daqui mal fabricada, imposta ao Consultor, porque o Deputado X ocupa um cargo importante, é líder de tal partido, é Presidente da Casa. Se quer um projeto de resolução, quer uma lei, é fabricada aqui e, por um acordo malfadado, vai ao Governador, que a sanciona. Por outro lado, se é enviado ao Juiz um apelo formal da população, arranja-se um rodapé, uma liminar, e derruba-se o parecer.

É assim que as coisas acontecem não só em Minas, mas no Brasil. Renovam-se votações quando a base governista cochila, e a Oposição ganha. Isso é o que acontece no Congresso Nacional, é o que acontece aqui.

O "jurisdicismo" campeia nos Poderes. Nunca havia lido nos jornais tantas limitares, contralimitares e medidas cautelares como agora. Aí pergunto a mim mesmo: será que a Constituição está valendo? E quem perde com isso? É o Poder Legislativo, que não valoriza a técnica legislativa e, muitas vezes, a decisão política. Mas tem que vir fundamentada, não no "jurisdicismo" ou na politicagem, mas sim na Constituição.

#### Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Aproveito, Sr. Presidente, para novamente pedir o encerramento, de plano, porque não há "quorum" para continuarmos a reunião.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, solicito que seja feita a chamada para recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado José Henrique) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Continua com a palavra o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando a exposição ou a discussão sobre o projeto de lei que trata da criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros na cidade de Pará de Minas e, ao mesmo tempo, fazendo uma apreciação correlata de como nascem os projetos de lei não só nesta Casa, mas também em todo o Brasil, sob a égide do "jurisdicismo" a que me referia anteriormente, ficamos sempre nos perguntando se a Constituição Brasileira de 1988 nasceu inspirada nos costumes do povo. No caso da Constituição mineira, do povo de Minas Gerais. Se nasceu dos costumes, do "modus vivendi", se o comportamento do povo é que gera as leis ou se temos de fazer uma Constituição para que as leis aconteçam. Aqui no Brasil ficamos com essa dúvida: os costumes é que geram as leis ou são as leis que geram os costumes? Isso, tamanho o jurisdicismo que acontece.

Quando analisamos a sociedade brasileira, verificamos violência e mais violência, temos problemas, sobretudo, de desemprego, de saúde, de educação, etc. Está configurado o direito do cidadão, da família, nas disposições legais, nas disposições constitucionais. Lá o Estado está cuidando direito do cidadão e dá as garantias para se criarem as leis complementares, as leis ordinárias, as regras de convivência social num país onde a ordem, a hierarquia, a disciplina precisam imperar. Esse binômio de ordem e progresso foi inspirado no comitismo e no neopositivismo, Sr. Presidente, e, no entanto, o "jurisdicismo" tem nos prejudicado. Quando vamos ver como surge a lei do costume, do "modus vivendi", começamos a analisar o mapa do Brasil e percebemos que ele possui mais de 20 regiões com "modus vivendi" os mais diferentes. Aí pergunto-me: tem que se fazer uma constituinte para se fazerem novas leis, tendo em vista a tamanha dificuldade que existe em todos os Estados do Brasil? Em Minas a situação não é diferente, embora tenhamos muitas leis.

Quando vemos um veto com uma fundamentação brilhante exposta pelo jurista, pela Procuradoria do Governo, com a chancela do Governador, percebemos que ele foi muito bem escrito, muito fundamentado, mas pouco cumprido. Ele poderia estar ao inverso, como aconteceu na anistia. Na anistia, um decreto é que seria o correto a ser utilizado. Mas não, sacrificou-se esta Casa com muitas reuniões.

Essa é a nossa reflexão. É com muita alegria que concedo aparte ao ilustre Deputado Miguel Martini, nosso mais novo membro do PSDB.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Hely Tarquínio, estamos acompanhando a discussão de V. Exa. e consideramos que a maioria dos vetos do Governador Itamar Franco às proposições são injustificáveis.

Mais uma delas. Pode só porque pode ser feito por decreto. Quem pode menos pode mais. Se um decreto pode, uma lei complementar pode muito mais. O que temos percebido é que em alguns momentos ele age ao contrário do seu discurso. No meu caso, um dos vetos que está para ser derrubado é a um projeto que obriga o Executivo a dar transparência. Aqui o Deputado faz por lei, mas o Governador disse que pode fazer por decreto. Quem sabe se o seu interesse era que não houvesse uma Assembléia Legislativa, que não houvesse uma Casa onde o povo pudesse debater seus direitos? Pelo que parece, está havendo militarização do Governo, caminhando, talvez, até para a diminuição do espaço do Poder Legislativo, para que S. Exa. possa legislar no lugar de executar. Acho que esta Casa vai mostrar sua independência. Não é comum o Governador vetar 19 projetos. E olhe que não são do Governo anterior, são do seu próprio Governo. Com a ampla e absoluta maioria que esse Governo detém aqui, na Assembléia, poderia ter rejeitado os projetos. É um grande desrespeito vetar o que reconhecidamente é positivo para o Estado.

Mas, Deputado Hely Tarquínio, estou percebendo que o número de Deputados em Plenário é insuficiente para o prosseguimento da reunião. Estaremos contrariando o Regimento se continuarmos. Quero devolver a palavra a V. Exa. e sugerir que peça o encerramento, de plano, porque não há "quorum".

O Deputado Hely Tarquínio\* - Agradeço as palavras do ilustre Deputado, que, com a sua inteligência, faz um resumo sucinto daquilo que tenho tentado explicar de forma mais laboriosa.

#### Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, porque percebemos que os Deputados estão distantes do Plenário.

O Sr. Presidente - A Presidência, após ter feito uma contagem rigorosa, constata que há 27 Deputados em Plenário.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Agradecemos a paciência e a lisura com que V. Exa. conduz os trabalhos e vamos continuar na nossa pregação. Mas, quanto à discussão do projeto e às alusões que estamos fazendo paralelamente à oposição do veto à proposição do ilustre Deputado, o que queria o Deputado Antônio Júlio para Pará de Minas e região? Concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado. Estou acompanhando e vejo que teremos que enfrentar neste primeiro semestre um grande número de vetos do Governador do Estado. É interessante a característica desses vetos, especialmente alguns, como o do SIAFI-Cidadão: o Governador o vetou, mas imediatamente, por decreto, instituiu o SIAFI-Cidadão. No caso desse veto específico de que V. Exa. trata na tribuna, o Governador vetou e, imediatamente, instituiu e decretou.

Isso nos faz pensar: será que a Assembléia Legislativa perdeu a sua força? Será que os projetos dos Deputados não têm valor? Aquilo que os Deputados têm o cuidado de trabalhar; os projetos que passam pelas Comissões - são designados relatores, são feitas as audiências públicas, contamos com a contribuição dos assessores da Consultoria da Assembléia Legislativa e, ao cabo de tudo, o que temos é o veto do Governador ao projeto, como foi nesse caso, em que, imediatamente, por decreto, ele instituiu a mesma matéria. Foi o que aconteceu especificamente nesse caso do veto ao projeto do Deputado Antônio Júlio.

Temos que pensar, Deputado Hely Tarquínio, no que está acontecendo. Tantos vetos, que consideramos um desrespeito enorme ao trabalho desenvolvido pelos Deputados. Estamos aí, com tantos vetos pela frente para enfrentar e, sem dúvida, é um problema sério para este Plenário. Da minha parte, não quero abrir mão não apenas do meu trabalho, mas também do trabalho dos outros Deputados e das comissões.

Dois projetos tramitaram quase um ano na Assembléia Legislativa, e o Governador simplesmente os vetou. E assim aconteceu com vários Deputados. E o mais grave, nesse caso ou em outros, é que havia um acordo para a aprovação; mais graves ainda são os casos em que o Governador, logo depois de vetar, institui por decreto.

Estou acompanhando V. Exa. rigorosamente nessa discussão sobre o veto do Governador e estamos preocupados, porque temos uma pauta extensa para votação, mas, ao mesmo tempo, há uma injustiça muito grande nessa pauta, que são os vetos, vetos a trabalho de Deputados, acompanhados por diversos segmentos da sociedade, que, de alguma forma, acompanharam e ficaram satisfeitos com a aprovação da Assembléia Legislativa, e agora temos o veto do Governador a este projeto.

Então, é um momento delicado da Assembléia Legislativa. Espero que todos estejam conscientes de que precisamos tomar uma decisão. Esta não tem que beneficiar o Poder Executivo, tem que beneficiar o interesse maior da população de Minas Gerais. Não tenho dúvida de que é o Poder Legislativo que melhor representa os anseios da população de Minas Gerais. Espero que todos nós, ao votarmos esses vetos, estejamos conscientes dessa responsabilidade e desse momento histórico. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa. e muito obrigado pela oportunidade de me manifestar também.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Muito obrigado pela intervenção, ilustre Deputado João Leite; vamos fazer coro com suas palavras e apelar para o bom-senso do Governador. Todas as vezes que cair um projeto, que não procure demonstrar sua autoridade no resultado final da proposta de lei quando parte de um Deputado. Falo e apelo, em nome do Poder Legislativo, que tem a precípua missão de elaborar as leis, de fiscalizar, sobretudo, os Poderes.

Quanto à confecção das leis, gostaríamos também de apelar aos Deputados para que produzíssemos impondo o mínimo possível com relação ao nosso lado político, quando é pessoal. Quando é parte do todo, não. O todo é mais importante do que a parte. Mas que possamos fazer leis também inspirados nas luzes constitucionais, nos parâmetros constitucionais, para que evitemos esse "jurisdicismo" que acaba acontecendo e que, talvez, o Judiciário vá poder justificar, dizendo que o Legislativo está fazendo muitas leis inconstitucionais.

E temos ainda um Governador que, pelo vício do Poder, pelo vício de ser um Poder mais forte, de executar, age dessa maneira. Até já citei isso hoje: Bill Clinton nunca mandou um projeto para o Congresso americano, mas, nos países onde impera o presidencialismo, que parece que não deu certo, porque nossa sociedade não está tão bem organizada e gozando de regras às quais o povo obedece, precisamos repensar isso. Não sei como, mas temos de repensar. Temos de criar parâmetros para que possam ser obedecidos. Não estamos culpando só o Governador. Há um vício, vejam bem, o ilustre Deputado Antônio Júlio fez uma lei complementar. Depois fala que tem de ser por decreto. A anistia era por decreto. Veio um projeto de resolução para a Assembléia, e ela teve de elaborar, promulgar e mandar para o Governador. Então, são situações que temos de repensar do ponto de vista técnico, para melhorar a organização da sociedade, porque toda sociedade é organizada. A organização termina onde começa a liberdade. O direito começa a ser praticado à medida que a liberdade é bem assimilada, através de regras, de leis que nascem realmente dos costumes. E temos de aperfeiçoar esses costumes com a educação. Então, queria parabenizar o Deputado Antônio Júlio, dar o nosso testemunho de que o nosso Governador poderia muito bem, num momento não de cochilo, mas de apoio ao ilustre Deputado, evitar esse decreto-lei. Então, votaremos a favor, contra o veto, e gostaríamos que o povo de Pará de Minas tivesse a oportunidade de ver decretado - aqui, no caso, decretado, porque já vem junto -, mas poderia ser pelo projeto de lei complementar, criando a unidade do Corpo de Bombeiros, em prol da vida, em prol da defesa do cidadão. Agradeço a tolerância de nosso ilustre Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores, quero, inicialmente, cumprimentar V. Exa. e a Mesa dos trabalhos pelo esforço que estão fazendo de procurar manter aqui um "quorum" suficiente para esta discussão.

#### Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, mesmo com esse sacrifício, com essa boa-vontade da base de apoio do Governo, com o sacrifício de alguns colegas da Oposição, vejo que não temos número suficiente para começar, sequer, a fazer a minha discussão. Tenho a certeza de que V. Exa., depois de fazer o sacrifício que fez até agora para manter a presença dos Deputados, vai encerrar a reunião, de plano, por falta de "quorum", e reservar os 59 minutos que ainda tenho para discutir a matéria para a próxima reunião. Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Eduardo Brandão - Sr. Presidente, solicito a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Eduardo Brandão) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada apenas 23 Deputados. Não há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa aos Deputados que, a partir de amanhã, enquanto houver pelo menos um Deputado para fazer a chamada, vai determinar a recomposição de "quorum", podendo, mesmo, suspender a reunião para aguardar a configuração do número regimental. Isso ocorrerá pela manhã, à tarde e à noite.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 15, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

**\* - Sem revisão do orador.**

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 120ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/3/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.274, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.320, que cria o Programa Ronda Escolar no Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.311, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos policiais e carcerários. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.241, que institui o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.258, que dispõe sobre a implantação do projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI-CIDADÃO. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.261, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG - CODEI. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.270, que altera dispositivos da Lei nº 13.163, de 20/1/99, que promove a adequação da Lei Orgânica do IPLEMG às normas constitucionais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.271, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87, que dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.277, que suprime incisos e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 12.278, de 20/7/96. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.326, que institui a obrigatoriedade de se rotularem os alimentos resultantes de organismos geneticamente modificados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.329, que cria o Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.330, que altera dispositivos das Leis nºs 6.763, de 26/12/75; 12.425, de 27/12/94, e 12.730, de 30/12/97, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.333, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/99, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Luiz Tadeu Leite opinou pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/99, da CPI da Carteira de Habilitação, que acrescenta o art. 300 à Constituição do Estado e revoga o inciso III do art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Júlio solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 97/99, do Deputado Wanderley Ávila, que altera dispositivos da Lei nº 11.052, de 25/3/93, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, da Comissão de Educação, e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social. As Comissões de Justiça e de Administração Pública perderam prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 142/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, da Comissão de Transporte, e 2, 3 e 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais", órgão oficial dos Poderes do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 157/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS nos casos que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio. A Comissão de

Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das Delegacias de Polícia a informarem às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2 e 3, da Comissão do Trabalho. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça; 2, da Comissão do Trabalho; 4 e 5, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para o uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73, que dispõe sobre a unidade de tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo - FECE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6 e 9 e 10, da Comissão de Justiça; 11 a 17, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, e 9 e 10, da Comissão de Justiça; 11 a 17, da Comissão de Saúde; 18 a 24, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, que contém normas de execução penal. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/99, dos Deputados Anderson Aduato e Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do Quarto Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Projeto de Lei Complementar nº 10/99, no 1º turno, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.164 a 1.168/2000, do Deputado Ambrósio Pinto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 21/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados sobre o "Vôo dos 500 anos".

Convidados: Srs. Luiz Guadalupe, Diretor da Ytur Turismo; Sara Malaco, Gerente da Tap Air Portugal; Carlos Felipe, Jornalista do Jornal "Estado de Minas".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 22/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.161/2000, do Deputado Sebastião Costa; 1.170, 1.171 e 1.181/2000, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 31ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 22/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

Realização de discussão sobre a execução de obras de eletrificação rural no Estado, a cargo do Programa Lumiar, da CEMIG, com a presença dos seguintes convidados: Presidentes da ELETROBRÁS, da AMBAJ, da AMEJE e da AMAJE; Diretor-Geral da ANEEL e Diretor de Distribuição da CEMIG.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 706/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.140/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.159 e 1.160/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DO SISTEMA FINANCEIRO, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.156/2000, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; 1.158/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 270/99, do Deputado Wanderley Ávila; 383/99, do Deputado João Pinto Ribeiro; 415/99, do Deputado Chico Rafael.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 288/99, do Deputado Ermano Batista; 631 e 632/99, do Deputado Mauri Torres.

Requerimentos nºs 1.122/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.123/2000, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; 1.125/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.133/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.142/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.155/2000, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA UEMG, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Profs. Gerson de Brito Melo Boson, José Gama Dias e Ana Adelina de Moura e Silva Lins, respectivamente, Reitor, Pró-Reitor de Administração e Finanças, e Pró-Reitora de Planejamento da UEMG.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 21 de março de 2000, destinadas, ambas, à discussão e à votação de pareceres e à votação de requerimentos; e à apreciação dos vetos à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências; e às Proposições de Lei nºs 14.241, que institui o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais; 14.258, que dispõe sobre a implantação do projeto Serviço Integrado de Administração Financeira; 14.261, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais; 14.270, que altera dispositivos da Lei nº 13.163, de 20/1/99, que promove a adequação da Lei Orgânica do IPEMG às normas constitucionais; 14.271, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87, que dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria; 14.274, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações; 14.277, que suprime incisos e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 12.278, de 29/7/96; 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural; 14.311, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos policiais e carcerários; 14.314, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes; 14.320, que cria o Programa Ronda Escolar no Estado de Minas Gerais; 14.325, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais; 14.326, que institui a obrigatoriedade de se rotularem os alimentos resultantes de organismos geneticamente modificados; 14.329, que cria o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.330, que altera dispositivos das Leis nºs 6.763, de 26/12/75; 12.425, de 27/12/96, e 12.730, de 30/12/97, e dá outras providências; e 14.333, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição

do Estado; 2/99, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 25/99, da CPI da Carteira de Habilitação, que acrescenta o art. 300 à Constituição do Estado e revoga o inciso III do art. 139; e dos Projetos de Lei nºs 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado; 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências; 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências; 97/99, do Deputado Wanderley Ávila, que altera dispositivos da Lei nº 11.052, de 25/3/93, e dá outras providências; 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social; 142/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros; 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais", órgão oficial dos Poderes do Estado; 157/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências; 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e contém outras providências; 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS nos casos que menciona e dá outras providências; 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências; 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio; 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos; 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família e dá outras providências; 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das Delegacias de Polícia a informarem às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal; 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica; 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo; 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências; 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais; 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73, que dispõe sobre a unidade de tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências; 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo e dá outras providências; 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona; 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências; 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências; 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado; 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, que contém normas de execução penal; e 596/99, dos Deputados Anderson Aduato e Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do Quarto Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de março de 2000.

Anderson Aduato, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, Arlen Santiago e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2000, às 14h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 20 de março de 2000.

**Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".**

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

117ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 14/3/2000

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, senhores parlamentares, prezada assistência, alguns temas me trazem a esta tribuna. Inicialmente, gostaria de tratar da questão da municipalização da educação e da adjunção de professores colocados à disposição das Prefeituras, devido ao processo de descentralização implementado pelo Governo anterior.

No Governo passado, foi iniciado amplo processo de municipalização de escolas, sendo que as Prefeituras recebiam escolas estaduais através de convênios, por meio de acordos em que o Estado assumia alguns compromissos, entre os quais estava a obrigação de manter seus professores efetivos, concursados, estáveis. Muitas vezes, esses convênios continham cláusulas através das quais o Estado ficava obrigado também a fazer algumas obras para viabilizar o funcionamento da escola. Em contrapartida, o município assumia a responsabilidade pela gestão da escola e pela contratação de todos os professores para suprir os contratados pelo Estado que seriam demitidos, ou seja, os Prefeitos tinham a liberdade de contratar os que já estavam contratados pelo Estado ou outros de seu interesse. O fato é que o Estado assumia o compromisso de colocar à disposição do município seus professores, para aliviar a despesa das Prefeituras.

O atual Governo, através da Secretaria da Educação, de forma violenta, vem tentando mudar todo esse quadro, procurando quebrar um compromisso que não foi feito entre o Governador e o Prefeito, mas entre o Estado e seus municípios. Teremos eleições este ano, e muitos Prefeitos serão reeleitos, e outros não, mas a vida do município continuará, assim como seus contratos e compromissos; e o Estado está propondo um instrumento indecente aos Prefeitos.

Tenho em mãos proposta de termo aditivo aos convênios de municipalização feitos pelo Governo passado; nela, a Secretaria da Educação afirma que continuará a ceder seus professores para o município, mas exige que o município pague ao Estado o preço e o valor do trabalho desses professores, ou seja, o Estado estará vendendo ou alugando professores para as Prefeituras, estamos tendo um comércio. Isso é um absurdo, além de ser uma quebra de contrato. E o Prefeito que não quiser assinar o aditivo proposto simplesmente perderá todos os professores à sua disposição e será obrigado a contratar outros, onerando a folha de pagamento. O Estado quer aliviar seu caixa às custas dos Prefeitos do interior, que já lutam com muito sacrifício. Temos que trazer nosso protesto veemente contra essa atitude.

Admitimos até que o Estado abra um período de negociações, buscando, junto aos municípios, uma fórmula de adequação, mas não podemos admitir essa imposição e estratégia de fazer com que os professores do interior se voltem contra os Prefeitos devido à pressão do Estado, que fica ameaçando os professores através da afirmação de que, sem o aditivo, eles poderão ser transferidos de sua cidade e perder algumas vantagens. Esse é um terrorismo inadmissível, e queremos trazer nossa palavra de solidariedade aos Prefeitos e nosso protesto contra a forma como a Secretaria da Educação está conduzindo o processo. Além disso, queremos dizer aos professores de Minas que estamos vigilantes, acompanhando, passo a passo, o desenrolar desse processo.

Queremos, também, tratar de outro assunto, que já havíamos trazido no final do ano passado, quando votou-se nesta Casa uma enxurrada de projetos ao apagar das luzes, matéria de natureza tributária, os quais estão trazendo repercussão negativa para o povo mineiro, para o desenvolvimento do nosso Estado. A própria lei diz que matéria tributária deve ser votada num ano para valer no ano seguinte, a fim de que os cidadãos e as empresas se organizem para enfrentar a nova situação. No entanto, quando se vota um projeto no último dia do ano para vigorar no primeiro dia do ano seguinte, esse princípio é quebrado, porque se mudam as regras e as empresas não têm como se organizar.

Isso está acontecendo com o Micro Geraes. Votou-se aqui, na correria, um projeto. Apesar de o Deputado Chico Rafael haver combatido esse projeto na forma como estava e apesar de seguirmos muitas posições dele, infelizmente fomos derrotados em grande parte. Hoje, o projeto que prevalece onera de maneira escorchante os pequenos empresários de Minas Gerais.

Fiz um levantamento, por meio da Associação Comercial de Barbacena, e quero trazer a público duas simulações, a fim de que possam ter noção do que aconteceu com o Micro

Geraes, que aumentou em 100% a taxaço sobre as pequenas empresas. Por exemplo, uma empresa do ramo de armarinho, cujo faturamento mensal está em torno de R\$18.000,00, conforme a lei anterior, recolhia para o Estado R\$403,42. No entanto, passará a pagar agora, com a modificação do Micro Geraes, R\$867,00, ou seja, um aumento de 100%. Isso também está ocorrendo com as pequenas empresas, cujo ramo de atividade é o material de construção. Uma empresa que, por exemplo, tivesse uma receita de R\$8.500,00, pagaria, no ano passado, antes das modificações, cerca de R\$149,69. Hoje, pelas mudanças impostas pelo Micro Geraes, pagará R\$533,96. Foi um aumento maior ainda que 100%. Isso gerará demissões, porque o faturamento não aumentará. A economia está engessada. Os preços estão congelados. Os salários estão praticamente congelados. Não há fomento, não há enriquecimento da economia. Mas aqui em Minas Gerais os impostos aumentaram, e alguém pagará o pato. E esse alguém é o trabalhador, que será demitido a fim de que o empresário possa pagar o que está sendo cobrado pelo Estado. Além disso, com o imposto menor, a sonegação também era menor, mas com o imposto maior, tenho a certeza de que o empresário, para sobreviver, às vezes terá de, infelizmente, recorrer à sonegação. Assim, o Estado sairá perdendo. Portanto, o Micro Geraes vem atormentando a vida dos pequenos empresários do nosso Estado.

Gostaria, ainda, de tratar de dois assuntos relacionados à minha terra, à cidade de Barbacena. O primeiro diz respeito a um projeto de distrito industrial naquele município. O ex-Governador Eduardo Azeredo, ainda na minha gestão como Prefeito, havia doado uma área de 400.000m<sup>2</sup> ao município, a fim de que ali fosse implementado o distrito industrial. Isso ocorreu no final do meu Governo, e, portanto, não tive condições de implementar o distrito, mas o terreno está lá, doado, com escritura passada. O atual Prefeito, fazendo gestões junto aos representantes daquela cidade, vinculados ao Governo do Estado, anunciou a implantação de outro distrito industrial em Barbacena. O curioso é que solicitamos informações à Cia. de Distritos Industriais, a fim de saber qual era a fórmula utilizada, porque o terreno onde as obras estão sendo feitas foi desapropriado pela Prefeitura, que conseguiu a imissão de posse pela justiça. Sabemos que o grande impedimento da imissão de posse é justamente o de passar o terreno para terceiros. Como é que a Cia. de Distritos Industriais está fazendo obras num terreno de que a Prefeitura de Barbacena nem tem a propriedade?

Como é que se está gastando dinheiro do Estado num terreno que nem do município ainda é? Esse terreno pertence à Itambé. É um terreno cuja avaliação de mercado está em R\$700.000,00. A Prefeitura depositou apenas R\$70.000,00 e conseguiu a imissão de posse. E se a Prefeitura, ao final, não conseguir arcar com os R\$700.000,00, tiver de desistir dessa apropriação e o terreno tiver de voltar à Itambé? Certamente todo o dinheiro gasto pela CDI, gasto pelo Estado, vai simplesmente se incorporar à propriedade de um terceiro, de um particular.

O que está acontecendo lá é uma lambança, é uma ilegalidade. Não há licitação para as obras, não há levantamento, não há convênio certo. Fizemos requerimento pedindo informações, e as informações do Presidente da CDI apenas confirmam o que dissemos, porque nelas consta que ainda não existe o registro do imóvel. E como se está fazendo obra lá, se ainda não se recebeu a doação do terreno, que está "sub judice"? Com relação ao cronograma e ao projeto das obras que estão sendo executadas lá, a CDI apresentou apenas uma planilha muito chifrim e nenhum projeto, porque, na verdade, não há projeto nenhum. Foi tudo uma grande farsa para tentar enganar o povo de Barbacena em ano de eleições. Mas estamos vigilantes e vamos pesquisar isso a fundo. Estamos coletando mais documentos e vamos formalizar uma denúncia bastante consistente, a fim de provar que aquilo que está ocorrendo lá é uma armação, baseada numa grande ilegalidade. Tenho a certeza de que o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco, não está ciente disso e de que, uma vez ciente, ele não irá concordar que um órgão do Governo possa se transformar num instrumento puramente eleitoreiro, em véspera de eleição, contrariando a lei, contrariando a justiça e simplesmente atendendo à vontade de quem diz que apóia o Governo. Não é possível que o Estado de Minas Gerais possa se sujeitar a uma condição dessas.

Por fim, Sr. Presidente, quero trazer uma outra notícia da minha terra, Barbacena. Uma notícia triste. Ultimamente, a nossa cidade está ocupando as manchetes dos jornais, a propósito do Manicômio Judiciário. Antigamente, aquele Manicômio era conhecido como "porão da loucura", juntamente com a FHEMIG, que hoje começa também a estar envolvida em denúncias de corrupção. Isso fazia com que a "terra das rosas" muitas vezes fosse confundida com a "terra dos loucos", tamanha era a propaganda negativa que isso trazia a Barbacena. Hoje, infelizmente, a nossa cidade volta ao noticiário com o mesmo tema: os porões da loucura. É que nos últimos 12 anos, praticamente, tanto o Manicômio Judiciário quanto a FHEMIG, naquela cidade, foram beneficiados por ações positivas. E aqui quero fazer justiça: já no Governo Newton Cardoso começou-se a fazer uma grande reforma no Manicômio e na FHEMIG. Esse trabalho passou pela gestão Hélio Garcia e pelo Governo Azeredo. Durante esses 12 anos, tanto o Manicômio quanto a FHEMIG, em Barbacena, passaram a ser exemplos de bons hospitais, tanto que foram procurados pela imprensa nacional e pelas grandes redes de TV. Com a mudança de governo e com os políticos que hoje estão liderando a política de governo naquela cidade, as mudanças infelizes que fizeram em apenas um ano de gestão estão liquidando 12 anos de trabalho, 12 anos de realizações e fazendo com que Barbacena volte a ser manchete com aquele chavão de "terra dos loucos". Não concordo. Loucos são os que estão hoje comandando o Manicômio e a FHEMIG em Barbacena. Eles, sim, é que o são. O povo de lá é um povo muito bom, é um povo que sabe cultivar rosas e oferecê-las ao Brasil e ao mundo.

Quero, Sr. Presidente, encerrar as minhas palavras dizendo que vou protocolar um requerimento na Comissão de Direitos Humanos solicitando que essa Comissão faça uma visita ao Manicômio e à FHEMIG em Barbacena, para constatar tudo que estou falando. Realmente e infelizmente, os dois órgãos do Governo transformaram-se em verdadeiros "porões da loucura". Quem visita aquelas instituições sai de lá chocado e arrasado com o que vê. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa presente, visitantes, o que me leva a ocupar essa tribuna é dizer do valor do papel da imprensa. A imprensa, quando é séria, dá visibilidade às ações dos homens públicos. Nesses últimos dias, temos tido um rico noticiário. Alguns positivos, outros negativos. A Rede Globo, numa entrevista bombástica, na última sexta-feira, traz a público as mazelas da cidade de São Paulo e sua administração.

O Prefeito, no afã de se defender, procura desqualificar o jornalista Chico Pinheiro, que é conhecido por todos nós, mineiros, principalmente por mim, de modo particular, porque é meu conterrâneo do vale do Jequitinhonha, nascido na cidade de Medina, onde sou Deputado votado e majoritário. Todos conhecemos sua seriedade, sua competência profissional e seu compromisso com a verdade. Diz que usou uma criatura fragilizada ou emocionalmente abalada não é papel do jornalista, compete ao médico, ao psiquiatra saber se a pessoa estava ou não em condições mentais de dar entrevista.

O repórter tem que procurar a verdade e levar ao público o conhecimento que obteve naquele seu trabalho.

Acho que aquela senhora, por sua postura na televisão, não é bem equilibrada. Em certo momento, chegava a babar e a espumar. Mas aquilo não era função do repórter Chico Pinheiro. Então, quero trazer aqui o meu protesto contra as agressões que vem sofrendo o jornalista Chico Pinheiro, meu conterrâneo e amigo, por ter levado ao público a verdade.

Outro assunto que a imprensa noticiou, de modo particular, o jornal "Estado de Minas", no seu caderno "Gerais", no último domingo, com uma bela reportagem assinada pela jornalista Tacyana Arce, com fotos da Françoise Imbroisi, com o título "Todos os caminhos levam à escola", refere-se a uma reportagem sobre a educação no vale do Jequitinhonha.

Elas visitaram 20 ou mais cidades e trazem, no seu texto, uma verdade: a educação tem evoluído e que, sem educação, não há desenvolvimento nem vida digna. Durante esse roteiro, elas puderam ver os avanços que o vale do Jequitinhonha tem tido na educação, e que muita coisa ainda deve ser feita. Quero parabenizar o jornal "Estado de Minas" e as duas jornalistas e, para tanto, já apresentei um requerimento à Mesa da Assembléia, propondo que formulemos votos de congratulações com o jornal e as jornalistas.

Outro assunto que pode estar passando despercebido para a maioria das pessoas diz respeito a uma entrevista que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, concedeu à revista "Época". Em um dos trechos, sua afirmativa compromete, de forma mortal, a atividade agrícola e pecuária da Nação. Indagado pelo repórter sobre o MERCOSUL, ele disse que, para que o MSERCOSUL seja viabilizado, temos que fazer concessões à Argentina. Disse textualmente que o futuro da Argentina está no "agribusiness", no campo; o nosso futuro, na economia industrial e nos serviços. Com isso, ele está desestimulando, desvalorizando e desmerecendo o trabalhador e o produtor rural. Se políticas como essa forem implantadas, ele, simplesmente, vai destruir o interior do País.

Juscelino Kubitschek, quando quis voltar à Presidência da República, queria se redimir, pois achava que, em seus primeiros cinco anos de governo, não havia dado a devida atenção à agricultura. Queria fazer cinco anos de governo em 50 anos de fatura. Vem agora o Sr. Presidente da República e diz uma frase tão patética, tão impatriótica, tão discriminatória para todos nós, principalmente para nós que representamos áreas vocacionadas para a agricultura e para a pecuária. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é preciso que todos tomem conhecimento dessas declarações do Presidente da República e tenhamos uma reação.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Márcio Kangussu. Ouvi seu depoimento, aliás, mais do que um depoimento, uma denúncia com relação a essa falta de entendimento das nossas autoridades sobre a importância da agricultura para nosso País. Quarenta por cento do PIB brasileiro gira em torno da agropecuária. O que as pessoas não entendem é que, para se produzir qualquer produto agrícola, Deputado Márcio Kangussu, é preciso que se produza adubo, defensivos, é preciso que se transporte toda essa mercadoria, é preciso, evidentemente, que esses produtos sejam agroindustrializados. Portanto, somando a cadeia produtiva do chamado agronegócio, temos, simplesmente, 40% do PIB brasileiro. Essa posição do Presidente da República, dizendo que a Argentina tem a preferência do agronegócio, deixa este País, sem dúvida nenhuma, nu com relação ao seu futuro.

O Brasil é um País eminentemente agrícola. Em torno dessa economia são gerados os empregos mais baratos. Para terem uma idéia, um emprego na agropecuária está por volta de R\$15.000,00, enquanto na indústria custa de R\$100.000,00 a R\$200.000,00. Portanto, para um país com taxa de desemprego próxima dos 20%, uma colocação desse tipo é descabida.

Gostaria de cerrar fileiras com V. Exa. não apenas para fazer nessa tribuna essa colocação, mas para que possamos através do parlamento mineiro reagir e mostrar para as autoridades federais que estão equivocadas e não aceitamos colocação dessa natureza. Parabéns, pela observação. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Márcio Kangussu, pelo aparte que nos concede. Queremos dizer do descaso do Governo brasileiro com a agricultura e a pecuária. O Governo precisa investir no campo, pois a solução do Brasil está no campo. Como bem disse o Deputado Paulo Piau, enquanto o Governo investe R\$15.000,00 para dar emprego no campo, investe R\$200.000,00, na AUTOLATINA ou em outra indústria para dar um emprego. Protestamos e queremos dizer que o País precisa de uma política agrícola para que o homem retorne ao campo. Sabemos que somos um Brasil produtivo e que temos terras de primeira qualidade. Precisamos de incentivos e de recursos para o pequeno, o médio e o grande produtor. Só assim o Brasil resolve os seus problemas sociais. Quero agradecer a V. Exa. e cumprimentá-lo pelo belíssimo trabalho que V. Exa. tem feito nesta Casa.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Ainda bem que fomos aparteados por dois Deputados comprometidos com o homem do campo, com o trabalhador rural e com o produtor rural. Os dois Deputados fazem parte da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Amanhã, apresentaremos um requerimento a essa Comissão para que se interpele o Ministro Pratinê de Moraes para ver se S. Exa. tem conhecimento das declarações do Presidente da República, se concorda com elas e o que vai fazer. O que será que esse Ministro está fazendo nesse Ministério, pois até hoje não disse a que veio.

Reafirmamos o nosso protesto e a nossa indignação quanto às afirmações e ao pensamento do Prof. Fernando Henrique Cardoso. Acho que gosta muito de citar Juscelino Kubitschek. Deveria ler mais Juscelino e se espelhar mais nele, para, aí sim, ter um desenvolvimento sustentável através de políticas sociais em que as desigualdades sejam menores. Porque, se agir como falou na revista "Época", as desigualdades regionais se agravarão.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Deputado Márcio Kangussu, agradeço o aparte que V. Exa. me concede e o faço para cumprimentá-lo pelo brilhantismo do tema concreto que aborda. V. Exa. não usa da revista "Veja" do dia 6 de março, da semana passada, na qual o Presidente da República concede longa entrevista, que tem o título "Mágoas de um Presidente". V. Exa. utiliza essa tribuna para fazer crítica concreta ao Presidente, que é privilegiar a Argentina - em sua argumentação - no agronegócio ou "agrobusiness", como gostam os americanófilos, em detrimento de nossa agricultura, dizendo que o Brasil tem de estar em outro estágio.

V. Exa. sabe que essa entrevista foi altamente polêmica, apesar de não ter usado da parte polêmica, e sim de outra, interessantíssima. V. Exa. pinçou a parte que diz respeito a nosso País, mas a entrevista chamou a atenção pelas críticas contundentes a Brizola, Itamar Franco e Ciro Gomes.

Então, parabênz-o e digo que tenho orgulho de V. Exa. fazer parte de nossa bancada, especialmente como Vice-Líder do PPS.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Obrigado, Deputado Marco Régis.

Apenas para concluir e para que todos os mineiros tomem conhecimento, lerei, na íntegra, a pergunta do repórter da "Época" e a resposta do Sr. Presidente. (- Lê:)

"O senhor vai priorizar a retomada do MERCOSUL? O novo Presidente argentino, Fernando de La Rúa, ajuda-o?"

O Dr. Fernando Henrique responde (- Lê:)

"De La Rúa será melhor para o MERCOSUL do que o Carlos Menen, mas o Menen era um craque na política. Não existirá MERCOSUL se não fizermos concessões à Argentina. O futuro argentino está no "agribusiness", no campo. O nosso futuro está na economia industrial e nos serviços".

Isso desestimula, compromete de forma cruel toda a atividade agrícola deste País. Temos de reagir, principalmente a FAEMG, a FETAEMG, as outras entidades ligadas ao homem do campo, ao interior do País, e o parlamento mineiro, que sempre sai na frente. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas das galerias, sabemos, por experiência própria, que fazer oposição é infinitamente mais cômodo que integrar uma base governista. Sem desmerecer o trabalho responsável que o bloco da Oposição desenvolve nesta Casa, devemos reconhecer que o uso de filigranas legais e interpretações variadas faz parte do sistema. Isso é válido, repetimos, mas existe sempre o risco de se partir para extremos, cometendo eventuais injustiças.

O recente episódio das licitações para a reconstrução de estradas no Sul de Minas exemplifica a nossa afirmação. O encargo foi delegado pelo Governador Itamar Franco ao Vice-Governador Newton Cardoso, daí se originando a série de questionamentos que a mídia tem veiculado, com repercussões nesta Assembléia.

Não vamos aqui fazer defesa do que estiver errado - se é que há algo errado -, mas não podemos deixar de levantar nossa voz para registrar algumas palavras sobre a personalidade e a atuação do Dr. Newton Cardoso.

Newton, como se sabe, usufrui um respaldo político como jamais se viu em todo o interior de Minas Gerais. Nas diferentes regiões mineiras, seu nome é respeitado como sinônimo de arrojo, de determinação, de informalidade dinâmica e de realização. Seu estilo é aquele de fazer, procurando não se perder em detalhes que possam protelar a solução para situações emergenciais.

Aí se explica, inegavelmente, o prestígio que nosso Vice-Governador merece em todo o Estado. Acresce a isso o fato de ter sido ele, em ocasião anterior, o primeiro Governador a se eleger em nosso Estado rompendo com as oligarquias que vinham desde a chamada República Velha.

No caso específico das licitações, quem as critica se esquece, em primeiro lugar, de que houve um processo de pré-qualificação, levando em conta a idoneidade e a capacidade das empresas contratadas. Estamos absolutamente certos de que não houve má-fé e de que a intenção foi a mais louvável. Nunca em Minas se viu tamanha catástrofe como a das enchentes que assolaram o Sul do Estado. Uma das mais desenvolvidas de nossas regiões viu-se, da noite para o dia, destruída em sua estrutura, em suas realizações, em seu presente positivo que se transformou em futuro incerto. A tragédia atingiu igualmente a todos, ricos e pobres, e a economia regional levará tempo para se recuperar.

Ora, em uma situação como esta, a primeira providência que se deve adotar é procurar restabelecer a comunicação entre as comunidades isoladas e sujeitas às epidemias, à subnutrição, sem os mínimos recursos de sobrevivência. Foi, então, o que se fez: procurou-se implementar um processo dinâmico, que restabelecesse as comunicações rodoviárias e permitisse ao povo sul-mineiro enfrentar o difícil amanhã.

O estilo do Dr. Newton Cardoso é controvertido exatamente porque ele é um inovador. A par da inovação, dispõe ele de serenidade e discernimento político, nunca negligenciando a causa pública. Prova incontestável disso é que, na reunião dos convencionais do PMDB para a escolha do candidato a Governador, contava ele com quase 80% dos votos dos presentes à convenção. No entanto, pensando no interesse maior de Minas, ele abriu mão de uma candidatura já vitoriosa, para apoiar o Dr. Itamar Franco.

Vitorioso nas urnas o Dr. Itamar, Newton continua com ele colaborando, em postura discreta, mas atuante, ajudando sem atropelos e, muitas vezes, conciliando opiniões conflitantes.

Se é que os trâmites burocráticos não foram integralmente observados na contratação das obras no Sul de Minas, não acreditamos que isso tenha representado prejuízo para o povo mineiro. Ao contrário, atendeu-se com presteza a um estado de calamidade pública. Essa presteza, aliás, foi exigida pelas próprias comunidades afetadas, as quais, agora, amargamente, se ressentem da interrupção de alguns dos trabalhos.

Creemos que os próprios colegas da Oposição representantes do Sul de Minas podem confirmar o que estamos dizendo. Sabemos que eles têm sido instados por suas bases para não desacelerar o trabalho de reconstrução.

Sempre nutrimos grande respeito pelo trabalho da mídia, até porque a censura à imprensa seria um cerceamento da liberdade, o que é típico de regime ditatorial. Da mesma forma, testemunhamos com apreço a ação de nossos colegas oposicionistas nesta Casa: no dia-a-dia, podemos atestar que eles desenvolvem um esforço atento, consciente e bem-intencionado. A ambos - imprensa e Oposição -, pediríamos, entretanto, que não se deixassem levar por prejulgamentos e não fizessem oposição como mero exercício. Temos certeza de que, no final, duas verdades irão prevalecer: a gente sul-mineira se mostrará grata pelos benefícios recebidos em caráter extraordinário, enquanto as qualidades de estadista de Newton Cardoso, mais uma vez, serão ratificadas. Muito obrigado.

Gostaria de parabenizar o Deputado Márcio Kangussu pelas oportunas palavras, quando analisa, com muita propriedade, as colocações do Presidente da República, que, infelizmente, comete, com muita frequência, equívocos dessa natureza.

Precisamos prestigiar nossa agricultura porque, como muito bem salientou o Deputado Paulo Piau, ela representa mais de 40% do PIB brasileiro. Não podemos apoiar um Presidente que comete esses erros imperdoáveis, deixando intranquila a Nação. Obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, nesta tarde gostaria muito de tratar de um assunto que preocupa diretamente a todos nós, que é a questão da segurança pública, a situação que estamos vivendo na cidade de Belo Horizonte, com um número impressionante de rebeliões nas cadeias. Agora, houve a morte de mais três adolescentes que estavam sob o poder do Estado. Temos farta documentação, mostrando tudo que pudemos alertar o Estado, a partir da Comissão de Direitos Humanos, e mandamos os relatórios do que vimos no Monsenhor Messias, em Sete Lagoas. A Comissão de Direitos Humanos deverá, proximamente, conhecer também a realidade atual do Centro de Internamento Provisório. É lamentável a maneira como estamos vendo esses adolescentes, o tratamento que têm recebido e a maneira como a vida deles se perde, e isso quando estão sob o poder do Estado.

Vejo a chegada do Deputado Miguel Martini, que esteve agora com o Promotor Dr. Antônio Sérgio Tonet, levando, infelizmente, mais uma denúncia de como esse Governo vem tratando as questões relacionadas aos recursos públicos, que esse Governo tem dito sempre que são minguados, poucos.

Vimos aqui, há poucos momentos, a defesa intransigente de que se façam obras sem licitação. Mas estamos vendo, pelas denúncias levantadas pelos Deputados da Oposição, Alberto Bejani, Miguel Martini e outros, que esse Estado, quando faz licitação, o resultado já é conhecido, já se sabe quem vai vencer.

Depois concederei aparte ao Deputado Miguel Martini, que está inteirado sobre o assunto, acabou de entregar a denúncia ao Promotor. Mas o mais grave é que a FHEMIG sempre lavou essas roupas sujas. Existem os servidores públicos que fazem esse trabalho, existem as máquinas para isso. Agora, o Estado decidiu encostar essas máquinas num canto, assim como os servidores, e pagar - mais do que pagar, não é, Deputado Miguel Martini? Vai dar um terreno, parece que a máquina já está comprada, vem um túnel do exterior, que será colocado para lavar essas roupas, e, depois, esse Estado, que tem minguados recursos, indenizará a empresa que fará esse investimento no terreno do Estado.

Temos que ficar impressionados também com outra coisa: são 60 meses. Essa licitação concede a essa empresa do Rio de Janeiro - que veio aqui, venceu todas as empresas de Minas Gerais e encostou os servidores da FHEMIG num canto, assim como suas máquinas, que vinham lavando as roupas de toda a rede hospitalar da FHEMIG - a realização desse trabalho durante 60 meses.

Concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Miguel Martini, pois era ele quem deveria ter proferido essas palavras na tribuna da Assembléia, mas estava no Ministério Público. Concedo-lhe aparte para que traga para todos nós mais informações.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Primeiramente, Deputado João Leite, muito obrigado pelo aparte. Nós, Deputados da Oposição, estamos realmente realizando um fiscalização efetiva em defesa da sociedade e do povo de Minas Gerais. Eu e o Deputado Alberto Bejani fomos ao Ministério Público levar essa denúncia. Algumas questões ficaram sem explicação para nós. O Governador Itamar Franco disse que "Minas levanta a voz", mas traz pessoas de outros Estados para trabalhar aqui. Agora, contrata empresas de fora do Estado para fazer um serviço. Temos muitas empresas que poderiam fazer isso. Nem precisava haver outras, porque a própria FHEMIG faz isso. Como Minas levanta a voz, se na hora de utilizar-se de serviços profissionais, Minas não serve? Ai, o Rio de Janeiro levanta a voz. Para que aqueles que nos estão acompanhando possam entender, a roupa é lavada a R\$0,60 o quilo, e agora pode chegar a R\$1,90. Além dos 200 funcionários que o Estado terá de manter, porque são concursados, há as máquinas que estão em funcionamento. Se pararem, ficarão obsoletas e se estragarão. E o preço é um absurdo. Nós, da Oposição, já sabíamos qual empresa seria, porque o processo de licitação é aquele que chamam de "casei contigo". Apenas uma empresa no mundo estaria em condições de atender aquilo que foi feito. Então, seria por isso que esse Governo Itamar Franco faz tantas obras sem licitação? Porque, quando faz, é com carta marcada. O que é melhor? Fazer com ou sem licitação? Claro que sempre exigiremos que se cumpra a Lei nº 8.666, mas até mesmo aquelas que são feitas de acordo com a lei, estarão sob suspeita, porque podem ter sido feitas com carta marcada.

Há outra denúncia de que, no ano passado, foram comprados, em caráter de emergência, fios cirúrgicos para um ano. Como é de emergência algo que se compra para fazer estoque durante um ano, ao preço de R\$600.000,00? Se fosse emergencial, seria para 15 dias ou 1 mês, quem sabe? Mas dispensou-se a licitação, mais uma vez, para, em caráter de urgência, comprar de um distribuidor de São Paulo. Talvez aqui em Minas não haja. Não sei. Estamos querendo cumprir o nosso papel, fazendo nossas denúncias. Fomos até ao Ministério Público. Não queremos apenas que o Governador demita. Agora, está demitindo o Superintendente e funcionários. Queremos uma responsabilização criminal e uma reparação do dano público que eventualmente tenha sido causado. Muito obrigado pelo aparte. Não tomarei o seu tempo porque sei que há outras denúncias mais graves para V. Exa. expor.

O Deputado Alberto Pinto Coelho (em aparte) - Gostaria de dizer que justiça se faz ouvindo os dois lados. O jornal "Estado de Minas" recebeu informações que o levaram a fazer o registro e a noticiar a matéria.

O que gostaríamos de dizer, mais uma vez, acentuando o procedimento e a conduta do Governo Itamar Franco, é que recebemos, por parte do Deputado Irani Barbosa, a comunicação de que submeteria a este Plenário requerimento em que solicita seja o Sr. João Batista Magro Filho, Presidente da FHEMIG, convidado a prestar os esclarecimentos devidos com relação a esse processo licitatório. E não só isso se coaduna com a linha de pensamento do Governo, de dar total transparência a seus atos, a sua gestão, como faço um apelo a todos que estiverem no Plenário, quando o requerimento for colocado em votação, para que possamos aprová-lo e possamos ter aqui, o mais breve possível, a presença do Sr. João Batista Magro. Só assim poderemos fazer considerações e ter clareza a respeito da matéria, para não ficarmos neste Plenário fazendo meras ilações a respeito do caso. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço o aparte do Deputado Alberto Pinto Coelho, sempre muito atento, mas, infelizmente, as coisas não funcionam desse modo. Sabemos que com ele é assim, mas com o Governo não é. Por duas semanas seguidas tentei falar com o Secretário da Saúde e não consegui, porque queria falar sobre denúncia a respeito do fechamento do HEMOCENTRO de Manhuaçu, cidade localizada num ponto importante, no cruzamento de duas rodovias. Por enquanto, o HEMOCENTRO não está fechado, mas não pode um Secretário deixar de responder, não a um Deputado da Oposição, mas ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, a quem as pessoas de Manhuaçu recorreram para que não houvesse o fechamento do local. Como não tivemos retorno, não resta outro caminho a não ser o apoio da imprensa e os microfones da Assembléia Legislativa.

Quanto ao requerimento, vamos solicitar a presença do Superintendente e da Secretária da Justiça para explicar essas rebeliões e essas três mortes de adolescentes no Centro de Internamento Provisório, no Horto.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Gostaria de esclarecer ao nobre Deputado Alberto Pinto Coelho que, pelas provas que temos em mãos, não há necessidade de se escutar o atual Superintendente da FHEMIG em Plenário. Será que estamos virando Mãe Dinah? Na quarta-feira de cinzas publicamos, no jornal "O Globo", o nome da empresa que ganharia na quinta-feira. Será que isso não prova que todo o edital foi dirigido para uma empresa de Niterói, que Garotinho, o Governador do Rio de Janeiro, agradece e que nosso dinheiro será levado para o Estado do Rio de Janeiro? Será que não é claro que poderia ter feito a licitação para 12 e não para 60 meses? Isso cairia de R\$500.000,00, de capital da empresa,

para R\$50.000,00. Daria oportunidade para as empresas de Minas participarem. A caução cairia de R\$50.000,00 para R\$5.000,00. Mas não, colocam o contrato de 60 meses para aumentar o capital da empresa, favorecendo a Brasil, de Niterói, para aumentar a caução que tinha que ser depositada, de R\$50.000,00. Acho que o Sr. João Batista já provou que essa licitação foi dirigida para a Brasil, de Niterói, empresa que tem um passado não muito limpo, basta perguntar ao Alcení Guerra, do tempo das bicicletas do Governo Fernando Collor de Mello. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço o aparte do Deputado Alberto Bejani, que, juntamente com o Deputado Miguel Martini, chegou agora do Ministério Público, onde foram levar essa denúncia. Temos duas presenças importantes: os Presidentes das Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Como Presidente da Comissão de Saúde, tivemos também preocupação com relação a essas notícias. É muito importante que o Superintendente da FHEMIG esteja aqui para debater conosco essa questão. Se ele está disposto a vir ou se esta Casa tem a necessidade de escutá-lo, temos que trazê-lo para dirimir essas dúvidas e colocar a questão em pratos limpos. Esse argumento de que já está consumado não serve a esta Casa, no momento em que ela precisa esclarecer os fatos ao público, para que não restem dúvidas à comunidade. A sociedade quer saber o que aconteceu. Estamos aqui fazendo o nosso trabalho e, nesse sentido, quero apoiar a iniciativa do Deputado Alberto Pinto Coelho. Aliás, estava com a intenção de chamá-lo à Comissão de Saúde.

O Deputado João Leite - Muito obrigado. Lamento não poder conceder aparte ao Deputado Márcio Cunha, pois estaríamos tomando o tempo do próximo orador, o Deputado Carlos Pimenta.

Gostaria de dizer que também estaremos apoiando o requerimento, que será apresentado pela Oposição, para que sejam ouvidos tanto o Superintendente quanto a Secretária da Justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, tenho uma questão a ser tratada nesta tarde com relação ao FUNDEF, mas antes gostaria de fazer um breve pronunciamento quanto ao episódio que envolveu a Fundação de Hospitais do Estado de Minas Gerais, a FHEMIG.

Em um certo ponto, gostaria de discordar do Líder do Governo na Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, quando anuncia que o Governo Itamar Franco, tão logo constata alguma alteração ou anormalidade, tem procurado corrigi-la. Em tese, o pronunciamento do Deputado é correto, mas é importante que se diga que o fato de se chamarem à responsabilidade as pessoas envolvidas, por si só, apenas minimiza o episódio, deixando uma profunda marca neste Governo. S. Exa. é um homem extremamente consciencioso, honesto e íntegro, mas é muito mais importante que ele procure determinar que seu Governo seja fundamentado nesses princípios. Tivemos o episódio da ADEMG; mais recentemente, o episódio do DER-MG, envolvendo as estradas do Sul de Minas; e, agora, a situação culmina com o episódio da FHEMIG.

Como Deputado, médico e membro da Comissão de Saúde, já protocolamos um requerimento solicitando a presença do Dr. João Batista, que, acredito, não tem nenhuma responsabilidade no ato, pois tudo deve ter ocorrido de forma alheia a seu conhecimento, mas é importante que este Governo siga as determinações de seu Chefe e que possamos, entre todas as dificuldades, ver o início do processo administrativo de nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, neste momento, de chamar a atenção para um fato que tem envolvido algumas Prefeituras do Norte de Minas. Recentemente, o Deputado Federal Gilmar Machado esteve na cidade de Matias Cardoso e ali fez algumas denúncias contra o uso indevido dos recursos depositados pelo Governo Federal no FUNDEF. O fato de se ter uma investigação rigorosa a respeito, antes mesmo do caso ser apurado, mereceu as manchetes dos principais jornais e estações de televisão de Minas Gerais.

Não quero entrar no mérito da questão, mesmo porque desconheço o que ocorreu em Matias Cardoso. No entanto, gostaria de prestar informações extremamente importantes. Trata-se de cidade muito carente, de um Prefeito com reputação sem manchas, que tem feito uma belíssima administração. Chamo a atenção para esse fato, com o objetivo de alertar a nós, parlamentares estaduais, e também aos parlamentares federais que devemos analisar à exaustão as denúncias, os problemas, seja municipais, seja estaduais, seja federais, e não no "oba-oba", num processo que desmoraliza uma administração, um Prefeito, um pai de família, um cidadão, apenas para ganhar a notoriedade da imprensa, como ocorreu com esse problema que envolveu a cidade de Matias Cardoso. Foram também citadas outras cidades, como Manga, que é administrada por um Prefeito que tem vários amigos nesta Casa que conhecem a sua administração apenas por denúncias políticas.

Fico extremamente chocado, quando noto que o instrumento para a apuração dessas denúncias políticas recai sobre um ex-colega, o Deputado Federal Gilmar Machado, por quem tenho grande admiração, grande apreço e respeito. O que estiver errado, seja no plano estadual, seja no federal, deve ser exaustivamente denunciado, mas após o efetivo inquérito, com a apresentação de provas concretas, e não como ocorreu com o Município de Matias Cardoso. Temos uma responsabilidade muito grande. Hoje, administrar um pequeno município é, sobretudo, um desafio, principalmente neste ano, quando a maioria dos Prefeitos são candidatos à reeleição, tornando-se alvos fáceis dessas denúncias. Sinto que o PT, por meio do Deputado Gilmar Machado, tenha se prestado a esse papel, pois trata-se de um companheiro valeroso, que sempre defendeu, com unhas e dentes, a apuração da verdade, sempre lutou para que a verdade fosse, acima de tudo, colocada como instrumento da sociedade.

Entendo que é dever do parlamentar fiscalizar. É dever do parlamentar - Vereador, Deputado Estadual ou Federal - denunciar os fatos. Mas as denúncias não podem, em nenhuma hipótese, servir apenas para dar uma satisfação política a um correligionário ou a um partido. O FUNDEF foi extremamente importante, está proporcionando o pagamento de salários dignos aos professores municipais, à recuperação de escolas, está viabilizando o transporte escolar. É um dinheiro sagrado e, como tal, tem de ser muito bem administrado. No entanto, não se pode fazer política com base nesse programa, nesses pobres Prefeitos, que dão tudo de si, colocando-se à disposição da comunidade - como é o caso de Matias Cardoso e de Manga, além de várias outras cidades -, ficando expostos a todos os tipos de denúncias de Vereadores, de facções políticas, de concorrentes políticos, como aconteceu em Matias Cardoso.

Portanto, quero prestar minha solidariedade ao Prefeito de Matias Cardoso, João da Paixão, por conhecê-lo de longa data, e eu o faço com a consciência tranquila, sabendo do sofrimento por que está passando com seus amigos, com sua família, principalmente, devido a seu compromisso de fazer daquele um município próspero, com bastante desenvolvimento e com respeito a seu povo. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, iremos encaminhar o requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, Presidente da CPI das Barragens. (- Lê:) "O Deputado que este subscreve, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Proceder à Apuração de Malversação de Recursos na Construção de Pequenos Barramentos no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, Regiões Afetadas pela Seca no Estado de Minas Gerais, atendendo a deliberação de seus membros, requer, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo de funcionamento da supracitada Comissão por mais 60 dias."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a oportunidade de, enquanto Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, na legislatura passada, visitar essas obras. Ficamos três ou quatro dias percorrendo cada uma dessas barragens e, conosco, estavam técnicos da Assembléia, do Tribunal de Contas e da COPASA-MG. Constatamos que, realmente, havia algumas irregularidades, e, por isso, Sr. Presidente, o pedido de prorrogação do prazo de funcionamento dessa CPI deve ser atendido, uma vez que as investigações precisam continuar para esclarecer os fatos, pois nada pode estar faltando para que a sociedade tenha a transparência necessária das ações do Governo.

No caso, teria sido muito importante que o Governador Itamar Franco já tivesse sancionado uma lei de nossa autoria que obriga o Poder Executivo a disponibilizar as informações a respeito de despesas e receitas da execução orçamentária do orçamento público do Estado de Minas Gerais, mas, infelizmente, parece que este Governador tem discurso e prática diferentes. Seu discurso é de ética e transparência, mas sua prática nega à sociedade o direito de fiscalizar.

Então, esta Casa tem de instalar CPIs e comissões especiais, a fim de apurarmos os fatos, como é o caso das obras que foram feitas sem licitação. Quando feita, é uma licitação de cartas marcadas, como denunciámos ao Ministério Público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma investigação deve ser feita até o fim, doa a quem doer. Se o prazo de 120 dias foi insuficiente, naturalmente, deveríamos conceder um prazo maior. Aliás, esta Casa tem se esforçado para fiscalizar, e, de modo especial, a Oposição tem cumprido bem esse papel. São denúncias em cima de denúncias que estamos levando ao

conhecimento da sociedade. Outras estão por vir. Estamos apenas sendo mais responsáveis, fundamentando nossas denúncias, a fim de que não sejam, como disse o Líder do Governo, ilações apenas. Temos documentos comprobatórios e argumentos fundamentados, permitindo-nos fazer com segurança tais denúncias. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem poder de inquérito policial, tem o poder de convocar pessoas, que são obrigadas a comparecer, sob pena de serem punidas severamente.

O Deputado Hely Tarquínio - Vamos apreciar e fazer uma discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opinou pela manutenção do veto. Mas gostaríamos de iniciar a discussão discorrendo sobre a tramitação do projeto nesta Casa.

Esse projeto do Deputado Antônio Júlio veio em boa hora. Logo após a Assembléia Legislativa contribuir fundamentalmente com o Poder Executivo, porque, até então, era missão, era mister e era promessa do Governador Itamar Franco resolver esse problema, em nível do Executivo, da anistia dos militares. Esse projeto nasceu do projeto da anistia, foi um desdobramento do projeto de anistia da Polícia Militar, quando houve aquele protesto da tropa contra o Governador, à época, Eduardo Azeredo.

Estou fazendo esse histórico para lembrar bem, para chegar a esse projeto. Naquela época, esta Casa acolheu, por pressão do Governador, de forma submissa, a apreciação do projeto de anistia. Esse foi resolvido, e, concomitantemente, houve a criação do Corpo de Bombeiros como uma unidade independente, autônoma, com todas as atividades segundo a hierarquia, a ordem, buscando a disciplina, sobretudo para atuar nas diversas unidades que existem em Minas Gerais. Esta Casa deu um exemplo de submissão naquela época porque, constitucionalmente, não cabia resolver aquele projeto de anistia aqui. Mas, como sempre, o Poder Legislativo, por alinhamento político, por submissão crônica ao Poder Executivo, apreciou, através de memoráveis reuniões, repetidas reuniões, aquele projeto. O Governo tem feito desta Casa um prolongamento do Palácio da Liberdade e, de forma inconstitucional, obrigou alguns Deputados da base do Governo a dar "quorum" para votar a anistia. Finalmente, votou-se a anistia.

# Aqui Complemento

## RELATÓRIO

### RELATÓRIO SOBRE A VIAGEM PARA A VISTORIA EM RODOVIAS NO SUL DE MINAS POR DEPUTADOS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A partir de denúncias veiculadas pela imprensa mineira, segundo as quais o Governo do Estado estaria preparando a realização de obras sem licitação e sem serem - de fato - emergenciais, foi aprovado, em 29/2/2000, requerimento para a apuração técnico-administrativa dos fatos em evidência.

Encarregado pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária de apresentar relatório da viagem de vistoria realizada em rodovias no Sul do Estado, submeto à apreciação desta Comissão a seguinte proposta de relatório final.

Os desdobramentos posteriores à aprovação do referido requerimento, quais sejam o afastamento dos titulares da SETOP e do DER-MG, a determinação do Governador Itamar Franco de apurar, rigorosamente, os fatos denunciados e as recentes declarações do Governador em exercício, Dr. Newton Cardoso, de que os recursos federais - para a execução de obras emergenciais - não foram repassados, nos levaram a optar pela apresentação do seguinte relatório:

1 - A visita da Comissão ao local ocorreu no dia 2/3/2000, com a presença dos Deputados Márcio Cunha, Miguel Martini, Mauro Lobo e Rogério Correia, membros da Comissão, além da dos Deputados Bilac Pinto, Chico Rafael e Dalmo Ribeiro Silva, e técnicos do DER-MG e CREA-MG.

2 - Foram os seguintes os trechos percorridos, com as respectivas intervenções recomendadas pelo DER-MG, sem licitação.

MG-383 - Caxambu - São Lourenço - recomposição asfáltica em trechos críticos e drenagem para evitar deslizamento;

MG-347 - trecho São Lourenço-Carmo de Minas-Piranguinho - oito pontos de contenção de encostas;

BR-459 - entrada Itajubá-Pouso Alegre e Pouso Alegre-Congonhal-Poços de Caldas - recapeamento geral da estrada;

MG-173 - Cachoeira de Minas-Paraisópolis - recapeamento asfáltico;

MG-179 - trecho Pouso Alegre-Machado - recapeamento em pontos críticos, contenção de erosões e cabeça de ponte;

MG-953 - trecho Machado-Paraguaçu - recapeamento em pontos críticos;

BR-491 - Paraguaçu-Areado - recapeamento em pontos críticos e recuperação de aterro em cerca de cinco pontos;

Trecho da BR-491 - Serrania - recapeamento em pontos críticos;

BR-491 - Paraguaçu-Varginha - trecho em bom estado - recapeamento recente - sem necessidade de obras.

#### Conclusões e recomendações:

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, cumprindo suas funções regimentais, conclui que:

1 - O estado geral dos trechos visitados é crítico e aponta necessidade de obras de recapeamento, contenção de encostas e drenagem. A maioria das rodovias são antigas, das décadas de 60 e 70, e jamais foram alvo de obras estruturais de recuperação, tendo sido beneficiadas apenas por operações tapa-buracos. Ao longo do tempo, com os problemas agravados pelas últimas chuvas, os trechos das rodovias em questão tornam-se ondulados, trazendo graves problemas de segurança e desconforto aos que por elas transitam. Assim, há coincidência entre os estudos técnicos efetivados pelo DER-MG e as observações "in loco" desta Comissão: a base de vários trechos das rodovias, que já não comportam simples operações tapa-buracos, já foi comprometida; várias obras de contenção de encostas, recuperação de cabeças de ponte e drenagem tornaram-se, de fato, urgentes e necessárias, tendo em vista as enchentes na região.

2 - Tendo em vista, de um lado, a magnitude das denúncias veiculadas pela imprensa e o fato de a Comissão não ter analisado os editais que estabeleceram a dispensa de licitação, e, de outro, a reiteração de práticas de dispensa de licitação, pelo poder público, em diversos Governos, recomendamos a urgente instalação da comissão parlamentar de inquérito já aprovada por esta Casa, a qual deverá tomar como referência inicial de seus trabalhos os editais referentes às obras em evidência no Sul de Minas Gerais.

3 - Para que a CPI logre êxito será necessário requisitar ao DER-MG o estudo pormenorizado, já concluído, de cada trecho das rodovias em questão, verificando "in loco" se as obras apontadas pelo órgão necessitam de dispensa de licitação. Para melhor identificação dos trechos que comprovadamente necessitam de obras emergenciais e urgentes, via dispensa de licitação, poderia valer-se a CPI dos dados colhidos pela Comissão de Auditoria, cuja equipe é integrada por membros do Ministério Público, do CREA, da CEDEC, do DER-MG e desta Casa, bem como por representantes das Prefeituras Municipais diretamente interessadas. Ao mesmo tempo deve-se verificar se o valor divulgado no edital está coerente com as intervenções requeridas.

4 - Para as obras que forem definidas como de urgência e que aconselham o procedimento de dispensa de licitação, é desejável que sejam estabelecidos critérios técnicos transparentes, tanto para a definição dos trechos que reclamam intervenções emergenciais, como para a definição de preços e a escolha de empresas que, porventura, se habilitem para a execução das referidas obras, tornando-se nula, portanto, a escolha das empreiteiras feitas à luz do processo em curso.

5 - Considerando a prerrogativa do poder público, de lançar mão de procedimentos de dispensa de licitação para contratação de obras e serviços, faz-se necessário que haja um acompanhamento externo de todos esses processos. Esse acompanhamento, além da participação rotineira do Tribunal de Contas do Estado, deveria ser feito pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais e por entidades da sociedade civil, como o CREA-MG e o Sindicato dos Engenheiros e afins.

6 - Finalmente, considerando-se a hipótese de não haver recursos para obras emergenciais e para trechos e pontos críticos em que não for comprovada a necessidade de dispensa de licitação, sugere-se que seja aberto, urgentemente, processo licitatório típico, visando dar condições, no prazo o mais curto possível, à normalização do tráfego de veículos nas rodovias do Sul de Minas castigadas pelo desgaste natural e pelas últimas chuvas na região.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia, relator - Olinto Godinho - Eduardo Hermeto - Rêmoló Aloise.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/3/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.719, de 1999, e 1.837, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando Eloir Domingues Caixeta do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Luiz Menezes

nomeando Eloir Domingues Caixeta para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos:

exonerando Sérgio José de Souza do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Fábio Luiz dos Reis para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Patrícia Fernandes Monteiro para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Sérgio José de Souza para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

#### Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

nomeando Ajalmar José da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos:

exonerando Antônio de Faria Lopes do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

exonerando Luiz José Fratini do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Milton Ferreira de Oliveira Júnior do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Cleber Lima da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Luiz José Fratini para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Milton Ferreira de Oliveira Júnior para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Romero Perpétuo Marcelino. Objeto: prestação de serviços de operador de caracteres para a TVA.

Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência : de 2/3/2000 a 16/3/2000. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Convite n.º 5/2000 - Objeto: contratação de seguro de acidentes pessoais e coletivo para motoristas e seguro total para veículos. Em decisão proferida em 20 de março de 2000, o Diretor-Geral em exercício declarou nula a habilitação das Licitantes nºs 2 - Chubb do Brasil Companhia de Seguros e 4 - Companhia Paulista de Seguros S.A., com base no Parecer de nº 3.881/2000, da Procuradoria-Geral da Casa.

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 18/99

Data de julgamento: 20/3/2000.

Objeto: aquisição de equipamentos e materiais de som.

Licitantes vencedoras: em 1º lugar, para os itens 3 e 14, a Rocket-Tec - Comércio e Montagens de Eletro-eletrônicos Ltda.; para os itens 8, 10, 12, 15 e 20, a Projesom-Projetos e Instalações de Som Ltda., e para os itens 1, 2, 4 a 7, 11, 13, 16, 18, 19 e 21, a Dinâmica Eletrônica Ltda.

Licitantes desclassificadas: Rocket-Tec - Comércio e Montagens de Eletro-eletrônicos Ltda., para os itens 2, 4, 7, 9, 11, 13, 16 a 20, 22 e 23; Projesom-Projetos e Instalações de Som Ltda., para os itens 3, 9, 11, 17, 22 e 23; e Dinâmica Eletrônica Ltda., para os itens 9, 17, 22 e 23.

Belo Horizonte, 20 de março de 2000.

**Leonardo Claudino Graça Boechat, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

#### ERRATAS

#### PARECER PARA TURNO ÚNICO DA MENSAGEM Nº 108/99

Na edição de 16/3/2000, na pág. 21, col. 4, no relatório e na conclusão da matéria publicada sob o título em epígrafe, modificado pela errata publicada na edição de 18/3/2000, onde se lê:

"Diretor-Geral", leia-se:

"Presidente".

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/3/2000

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/3/2000, na pág. 20, col. 3.